

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Bacharelado em Ciências Sociais

Cristiano Nicola Ferreira

**A CONSTRUÇÃO RELACIONAL DOS DISCURSOS ANTIPROIBICIONISTAS E
PROIBICIONISTAS SOBRE A POLÍTICA DE DROGAS**
uma análise nas folhas do Jornal Zero Hora, de 2003 a 2016

Porto Alegre

2022

Cristiano Nicola Ferreira

**A CONSTRUÇÃO RELACIONAL DOS DISCURSOS ANTIPROIBICIONISTAS E
PROIBICIONISTAS SOBRE A POLÍTICA DE DROGAS**

uma análise nas folhas do Jornal Zero Hora, de 2003 a 2016

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel em Ciências
Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Ferreira, Cristiano Nicola
A Construção Relacional dos Discursos
Antiproibicionista e Proibicionista sobre a Política
de Drogas: uma análise nas folhas do jornal Zero Hora,
de 2003 a 2016 / Cristiano Nicola Ferreira. -- 2022.
78 f.
Orientador: Marcelo Kunrath Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Política de Drogas. 2. Enquadramento
interpretativo. 3. Interações entre movimento social e
contramovimento social. I. Silva, Marcelo Kunrath,
orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Cristiano Nicola Ferreira

A CONSTRUÇÃO RELACIONAL DOS DISCURSOS ANTIPROIBICIONISTAS E PROIBICIONISTAS SOBRE A POLÍTICA DE DROGAS

uma análise nas folhas do Jornal Zero Hora, de 2003 a 2016

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel em Ciências
Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva

Aprovado em: Porto Alegre, 13 de outubro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Marcelo Kunrath Silva (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dr. Matheus Mazzilli Pereira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Douta. Ivone dos Passos Maio
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Este trabalho é dedicado as minhas mães
Odila e Lourdes (*in memoriam*), que tanto
me apoiaram e ajudaram...

AGRADECIMENTOS

O momento dos agradecimentos é sempre especial, por ser a hora em que os pensamentos voam sobre uma trajetória que só seria possível com o apoio, consolo e amparo de muitas pessoas. Primeiramente, quero agradecer a minha mãe Odila e à minha madrinha Lourdes (*in memoriam*), que mesmo sem saberem o que eu estava fazendo me apoiaram incondicionalmente. Foram meses sem encontros para abraços apertados devido aos 420km de distância que se instalaram com a minha mudança de cidade. Com o início da pandemia, voltei para a casa da mãe na busca de consolo pelo momento difícil que todas e todos nós passamos, de muitas perdas de esperanças e vidas. Ela entendeu a minha distância e silêncio e fez tudo o que pode para tornar esse retorno mais agradável para estudar e trabalhar.

Obrigado à namorada Bruna Kich por tanto amor, afeto e compreensão. Ter te conhecido pela vida é o motivo dos meus risos supostamente sem motivos. Obrigado por todo apoio que você me deu durante a escrita deste trabalho, bem como todo suporte que você me dá nos nossos dias. Eu amo você e amo dividir os meus dias contigo.

Algumas pessoas que eu também preciso agradecer são as que fizeram eu acreditar que era possível ser aprovado da UFRGS e me mudar para Porto Alegre. Agradeço às professoras e professores que tive no Instituto Federal Farroupilha de São Vicente do Sul, especialmente, ao professor e amigo Vitor Barreto por ter me apresentado o curso de Ciências Sociais e a política de ações afirmativas da universidade; à professora e amiga Liliana Oliveira que entre mates e risadas disse que eu devia tentar; à professora e amiga Tiana Sant'anna por falar que ia dar certo, quando eu só tinha dúvidas; e a professora, amiga e oceano de afeto Simone Dorneles por todas as conversas e apoio. Agradeço também às amigas amadas Diuliana e Natarine e ao amado amigo Isak Kaffer que me apoiaram tanto nesse período.

Eu cheguei em Porto Alegre em uma noite chuvosa. Desembarguei na rodoviária e não sabia muito bem o que fazer, mas fui entendendo com o tempo. Preciso agradecer a quem me acolheu nesses primeiros momentos e me acolhe até hoje. Muito obrigado Melissa Dorneles, Flamarion Martins, Thais Martins, Emerson Martins e Antônio Vicente. Obrigado por terem aberto a porta da casa e da vida para me receberem e acolherem, sem a presença de vocês a caminhada teria sido muito mais difícil. Obrigado pela amizade e generosidade de sempre!

Durante a trajetória do curso, fiz amizades que tornaram o percurso possível. Preciso agradecer ao Alex Cardoso pela amizade e fonte incessante de inspiração, afeto, resistência e luta; à Pamela Iris pela amizade acolhedora e por estar presente nos meus dias da forma mais afetuosa possível; à Pamela Bueno por todas as conversas e apoio; ao Igor Hedlund pela amizade e conversar sinceras.

Quero direcionar um agradecimento especial ao professor Marcelo Kunrath Silva. Muito obrigado pela amizade e orientação atenta durante esses anos de relação, tanto nas bolsas de iniciação científica, como no desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso. Obrigado por ser o orientador atencioso e inspirador que és. Obrigado também às pessoas que fazem parte do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE-UFRGS) por me acolherem tão bem desde o segundo semestre de 2018. Quero agradecer também às pessoas que fazem parte do Instituto Cíclica que são uma fonte inesgotável de inspiração, amizade, motivação e competência, sou muito feliz por compartilhar um tanto dos dias com vocês. Grato por tanto Ivone Maio, Camila Silva, Brenda Espindula, Eduardo Fernandes e Gerson Oliveira.

Obrigado as técnicas e técnicos administrativos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas por tanta competência e apoio durante os tramites burocráticos e dúvidas sobre o funcionamento dos processos dentro da Universidade. Obrigado às servidoras e servidores da Biblioteca Setorial do IFCH, por tanto empenho, competência e disposição para construir o espaço de estímulos que é a nossa biblioteca. Obrigado as professoras e professores que tive o prazer de ter aulas durante o período da graduação.

Sei que esqueci de várias pessoas e quero pedir desculpas por isso. Desejo uma ótima leitura!

Leonardo é Leonardo
Me disse o doutor
Ele faz o que bem quer e está tudo bem
Infelizmente é que na lei dos homens
A gente vale o que é
E somente o que tem
Ele tem imunidade pra dar quantos quiser
Porque é rico, poderoso e não perde a pose
E você que é pobre, favelado, só deu dois
Vai ficar grampeado no doze
Hii...
Se Leonardo dá vinte
Por que é que eu não posso dar dois?
Se Leonardo dá vinte
Por que é que eu não posso dar dois?
Mesmo apertando na encolha, malandro
Pinta a sujeira depois
Mesmo apertando na encolha, malandro
Pinta a sujeira depois

(Bezerra da Silva)

RESUMO

O presente trabalho busca responder o seguinte problema de pesquisa: “como se estruturou o debate público sobre a política de drogas no jornal Zero Hora, ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores, na Presidência da República?”. A pesquisa se desenvolveu a partir de uma análise centrada em enquadramentos de Segurança Pública e Saúde Pública, a partir de diagnósticos e prognósticos apresentados nos argumentos. Como referencial teórico é usado os conceitos de movimento social, contramovimento social e enquadramento interpretativo. Para alcançar o objetivo, a pesquisa avançou no sentido de verificar os agentes antiproibicionistas e proibicionistas presentes no jornal e os argumentos mobilizados pelo movimento antiproibicionista e o contramovimento proibicionista para defender suas posições. Um desafio metodológico que orientou a pesquisa foi, justamente, tentar operacionalizar a pesquisa empírica usando o referencial teórico de contramovimento social e a sua ênfase no caráter relacional da conflitualidade. O software de análise qualitativa de dados NVivo foi usado para fazer as codificações e análise a partir do material empírico da pesquisa. Algumas conclusões encontradas na pesquisa é que houve uma crescente presença do tema da política de drogas no debate público, que teve uma mudança nas “vozes” (indivíduos e enquadramentos) que se expressam nesse debate e que é possível defender a possibilidade de operacionalização da pesquisa empírica com os conceitos de movimento e contramovimento a partir de materiais publicados em fontes jornalísticas. Foi possível observar também que frente à emergência e à crescente do movimento antiproibicionista desafiante no debate público, observa-se que os agentes proibicionistas precisaram investir na sustentação de suas posições, até então praticamente não questionadas e que as diferenças nas tarefas de enquadramento colocadas para os agentes proibicionistas e antiproibicionistas estão relacionadas às posições desiguais que eles ocupam no campo da política de drogas.

Palavras-chave: Política de Drogas; Enquadramento interpretativo; Interações entre movimento social e contramovimento social.

ABSTRACT

This study seeks to answer the following research problem: “how was the public debate on drug policy structured in the Zero Hora newspaper, throughout the Workers’ Party governments, in the Presidency of the Republic?”. The research was developed from an analysis centered on Public Safety and Public Health frameworks, from diagnoses and prognoses presented in the arguments. The concepts of social movement, social countermovement, and interpretative framework are used as theoretical frameworks. To achieve the objective, the research advanced in the sense of verifying the anti-prohibitionist and prohibitionist agents presented in the newspaper and the arguments mobilized by the anti-prohibitionist movement and the prohibitionist countermovement to defend their positions. A methodological challenge that guided the research was precisely trying to operationalize the empirical research using the theoretical framework of social countermovement and its emphasis on the relational nature of the conflict. The NVivo qualitative data analysis software was used to code and analyze the empirical research material. Some conclusions found in the research are that there was a growing presence of the drug policy issue in the public debate, that there was a change in the “voices” (individuals and frameworks) that are expressed in this debate, and that it is possible to defend the possibility of operationalizing the research empirical analysis with the concepts of movement and countermovement from materials published in journalistic sources. It was also possible to observe that in the face of the emergence and growth of the anti-prohibitionist movement challenging the public debate, it is observed that the prohibitionist agents needed to invest in supporting their positions, which until then were practically unquestioned, and that the differences in the framing tasks posed to the prohibitionist and anti-prohibitionist agents are related to the unequal positions they occupy in the field of drug policy.

Keywords: Drug Policy; Interpretive framework; Interactions between the social movement and social countermovement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Porcentagem de pessoas em privação de liberdade por tipo de crime no Brasil.....	19
Figura 2: Porcentagens dos tipos de materiais coletados	30
Figura 3: Mapa mental da estruturação dos códigos no NVivo	31
Figura 4: Mapa mental da estruturação dos códigos no NVivo, para a identificação de atores	32
Figura 5: Gráfico com o aumento do interesse da temática das drogas no jornal Zero Hora, de 2003 a 2016.....	35
Figura 6: Distribuição da valência dos documentos coletados sobre a política de drogas publicados no jornal Zero Hora (2003-2016).....	37
Figura 7: Distribuição do número de atores antiproibicionistas e proibicionista identificados nos documentos analisados.....	38
Figura 8: Principais áreas de atuação dos agentes antiproibicionistas	39
Figura 9: Principais áreas de atuação dos agentes proibicionistas	40
Figura 10: Enquadramento de saúde pública ou segurança pública ao longo dos anos estudados...	47
Figura 11: Antiproibicionista e proibicionista no enquadramento da Segurança Pública	48
Figura 12: Antiproibicionista e proibicionista no enquadramento da Saúde Pública	48
Figura 13: Distribuição do enquadramento de segurança pública como problema e solução, pelo movimento antiproibicionista	50
Figura 14: Distribuição do enquadramento de segurança pública como problema e solução, pelo contramovimento proibicionista.....	51
Figura 15: Distribuição do enquadramento de saúde pública como problema e solução, pelo movimento antiproibicionista	52
Figura 16: Distribuição do enquadramento de saúde pública como problema e solução, pelo contramovimento proibicionista.....	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais agentes antiproibicionista encontrados no jornal Zero Hora	39
Quadro 2: Principais agentes proibicionistas encontrados no jornal Zero Hora	40
Quadro 3: Principais argumentos mobilizados pelo movimento antiproibicionista, de 2003 até 2008	54
Quadro 4: Principais argumentos mobilizados pelo contramovimento proibicionista, de 2003 até 2008	56
Quadro 5: Principais argumentos mobilizados pelo movimento antiproibicionista, de 2009 até 2012	58
Quadro 6: Principais argumentos mobilizados pelo contramovimento proibicionista, de 2009 até 2012	61
Quadro 7: Principais argumentos mobilizados pelo movimento antiproibicionista, de 2013 até 2016	64
Quadro 8: Principais argumentos mobilizados pelo contramovimento proibicionista, de 2013 até 2016	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A POLÍTICA DE DROGAS NA MÍDIA	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 MOVIMENTO E CONTRAMOVIMENTO: A INTERAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS ANTAGONISTAS	22
2.2 ENQUADRAMENTO INTERPRETATIVO: CAMINHOS PARA ENQUADRAR A POLÍTICA DE DROGAS	24
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
3.1 MOTIVOS PARA A ESCOLHA DO JORNAL ZERO HORA	27
3.1.1 Técnicas para a coleta dos dados	28
3.2 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA SOBRE O USO DO NVIVO	30
4 DISCUTINDO OS RESULTADOS DA PESQUISA: DA CARACTERIZAÇÃO À RELAÇÃO ENTRE PROIBICIONISTAS E ANTIPROIBICIONISTAS	34
4.1 ASPECTOS GERAIS DA COBERTURA DO JORNAL ZERO HORA SOBRE A TEMÁTICA DA POLÍTICA DE DROGAS	34
4.2 QUEM FALOU SOBRE A POLÍTICA DE DROGAS NO JORNAL ZERO HORA	37
4.3 ENQUADRANDO A POLÍTICA DE DROGAS: TRANSFORMAÇÕES DOS EDITORIAIS DO JORNAL ZERO HORA	41
4.4 O USO DOS ENQUADRAMENTOS POR PARTE DO MOVIMENTO ANTIPROIBICIONISTA E DO CONTRAMOVIMENTO PROIBICIONISTA	46
4.5 OS ENQUADRAMENTOS ARGUMENTATIVOS MAIS USADOS PELO MOVIMENTO ANTIPROIBICIONISTA E PELO CONTRAMOVIMENTO PROIBICIONISTA	53
4.5.1 De 2003 até 2008: pouco interesse sobre a política de drogas no jornal 54	
4.5.2 De 2009 até 2012: novos agentes entram em cena	58
4.5.3 De 2013 até 2016: maior intensidade na discussão sobre a política de drogas no jornal	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	73

INTRODUÇÃO

A dicotomia entre o proibicionismo e a legalização das substâncias psicoativas ocupa boa parte do debate teórico, da mídia e dos agentes políticos que se relacionam com a temática das drogas no plano mundial. Essas questões são abordadas em diversas perspectivas, tais como pelo viés econômico e pelo ângulo da saúde ou segurança públicas (LUNARDON, 2015). Os usos de substâncias consideradas alteradoras de consciência se confundem com a história da humanidade, enquanto o proibicionismo em relação a tais usos se intensificou no século XX (CARNEIRO, 2018; LEAL, 2017; TORCATO, 2014, 2016). A partir da década de 2000, mediante o crescente reconhecimento da ineficácia do proibicionismo, passa a emergir o que denominamos neste trabalho de movimento antiproibicionista (BOITEUX, 2015; LEAL, 2017; TAFFARELLO, 2009; VALOIS, 2019). Este movimento é constituído por uma rede heterogênea de agentes que confrontam o proibicionismo na política de drogas, rejeitam o modelo da “guerra às drogas” e advogam novas formas de definir e lidar com essa questão (LEAL, 2017).

Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Governo Federal, em 2003, e sua permanência na Presidência da República ao longo de quatorze anos, seria esperada uma ampliação de oportunidades políticas para atores e propostas voltadas à alteração da lógica proibicionista predominante na política de drogas brasileira. Tal alteração, no entanto, não ocorreu. Ocorreram algumas mudanças específicas, tal como a implantação da redução de danos no subsistema de saúde pública, mas não a alteração da lógica proibicionista (TEIXEIRA *et al.*, 2017)¹. No ano de 2006, foi aprovada a Lei de Drogas 11.343 que, em teoria, propunha acabar com a pena de privação de liberdade aos usuários de substâncias psicoativas. No entanto, por não definir objetivamente uma quantidade para diferenciar o que é considerado “usuário” e “traficante”, abriu brechas para uma ampla discricionariedade na atuação dos agentes da segurança pública e do sistema judicial. Tal discricionariedade, marcada por um profundo racismo estrutural, acabou sendo sintetizada no “branco é usuário, negro é traficante” (ABRAMOVAY, 2012, 2017; CAMPOS, 2015, 2018; VALOIS, 2019). Um dos argumentos encontrados na literatura para essa não

¹ Teixeira *et al.* (2017), faz uma análise sobre as políticas, os decretos e as demais normativas publicadas pelo Executivo Federal, entre 2000-2016. É um trabalho interessante para vermos o fortalecimento da Redução de Danos via Saúde Pública e, da mesma forma, das comunidades terapêuticas.

alteração é, justamente, o papel desempenhado pela mídia que, além de defender posições proibicionistas e veicular um conteúdo sobre drogas marcado por sensacionalismo e preconceitos, estigmatizaria agentes antiproibicionistas e daria mais espaço às posições proibicionistas (LUNARDON, 2015; SOUSA, 2013). No presente trabalho, é possível identificar que essa conclusão apressada não se sustenta, pelo menos ao analisar o material empírico oriundo do jornal Zero Hora.

Desde o segundo semestre de 2018 até agosto de 2022, estive envolvido como bolsista de iniciação científica em um projeto de pesquisa intitulado ‘O movimento antiproibicionista e a política de drogas no Brasil’, que buscava explicar o relativo fracasso do movimento antiproibicionista no sentido de alterar a lógica proibicionista subjacente à política de drogas no Brasil, durante os mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Esse projeto de pesquisa avançou em duas frentes de análise. A primeira abordou o processo de construção da Lei 11.343/2006, analisando as coalizões e disputas presentes naquele processo e que conformaram a legislação aprovada. Uma das constatações centrais dessa pesquisa foi a não existência de agentes antiproibicionistas disputando a elaboração da política de drogas naquele momento. Tal resultado evidencia a não existência de um movimento antiproibicionista estruturado no país no início da década de 2000 capaz de protagonizar uma disputa efetiva sobre a política de drogas.

A segunda frente de pesquisa, na qual eu me envolvi especialmente, é a análise sobre como se estruturou e se transformou o debate público sobre a política de drogas no Brasil, de 2003 a 2016. Tal análise teve como fonte o jornal Zero Hora e a pesquisa que estou dando continuidade na presente monografia está vinculada a esta segunda frente de estudos.

Até o momento da análise dos documentos coletados no jornal Zero Hora, publicados entre os anos 2003 e 2016, identifica-se, primeiramente, uma crescente presença do tema da política de drogas no debate público. Em segundo lugar, destaca-se também uma mudança nas “vozes” (indivíduos e enquadramentos) que se expressam nesse debate (FERREIRA, 2020). Tal mudança é evidenciada, por um lado, pela ampliação do espaço aberto à expressão de agentes antiproibicionistas ao longo do período estudado. Por outro lado, essa mudança é indicada pelo fato de o próprio veículo analisado apresentar uma alteração significativa de seu posicionamento público, passando de um proibicionismo total a um antiproibicionismo seletivo.

É motivado por esse percurso e influenciado por discussões presentes no grupo de pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE-UFRGS), o qual tenho a maior alegria em fazer parte, que essa pesquisa se estrutura. Ela busca, basicamente, responder ao seguinte problema de pesquisa: como se estruturou o debate público sobre a política de drogas no jornal Zero Hora, ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores, na Presidência da República? O referencial teórico da pesquisa é baseado nos conceitos de enquadramento interpretativo e contramovimento sociais. Baseado nesse referencial teórico, o presente trabalho se estrutura em torno do seguinte argumento hipotético: o debate público sobre a política de drogas se estrutura a partir da dinâmica relacional que conforma a disputa de enquadramentos interpretativos entre um movimento antiproibicionista em construção e um contramovimento proibicionista que, mesmo mantendo sua posição dominante no campo da política de drogas, vê sua hegemonia no debate público crescentemente confrontada.

O texto está estruturado da seguinte maneira, além da introdução:

O **capítulo 1** apresenta uma revisão da literatura sobre a política de drogas na mídia. Nele, vai ser possível ver que o foco das pesquisas na mídia tende a ter como atenção principal peças publicitárias específicas (Exemplo: Campanha Crack, nem pensar) e na forma como determinada substância é representada em materiais midiáticos. Aqui está um diferencial da pesquisa que estamos empreendendo, que busca fazer uma caracterização do debate sobre a política de drogas na mídia, focando na política de drogas em si.

Já no **capítulo 2** é apresentado o referencial teórico da pesquisa. Este item se divide em duas subseções: a primeira, apresenta o conceito de contramovimento e a forma que ele será usado na pesquisa; a segunda, por sua vez, apresenta o conceito de enquadramento interpretativo. Essa parte não é muito exaustiva, mas permite verificar que na literatura brasileira há poucos estudos que usam a potencialidade do paradigma relacional para o estudo de movimentos sociais.

Seguindo, no **capítulo 3** são apresentados os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa. O capítulo se divide em três subseções: a primeira apresenta a justificativa para a escolha do jornal Zero Hora como fonte e material empírico; a segunda apresenta as técnicas para coleta de dados para a pesquisa, bem como fornece uma caracterização geral dos documentos coletados; e, por fim, é apresentada a operacionalização da pesquisa, demonstrando como foi construída a

estrutura de códigos no NVivo, tanto para apreender os argumentos, como os atores da política de drogas presentes no jornal.

Os resultados da pesquisa são apresentados e discutidos no **capítulo 4**. Nele, será possível encontrar os aspectos gerais da cobertura do jornal Zero Hora sobre a política de drogas, os principais atores que estiveram presentes no jornal e suas respectivas áreas de atuação, uma análise dos editoriais que foram escritos no jornal ao longo dos anos estudados, a forma que se deu o desenvolvimento do uso de enquadramento de segurança pública e saúde pública por parte do movimento antiproibicionista e contramovimento proibicionista e, por fim, uma análise dos principais argumentos encontrados no jornal. Essa última parte é dividida em alguns períodos de análise que compreendem um momento em que não havia muito interesse do jornal pela temática da política de drogas (2003-2008), o momento em que novos atores entram em cena e o debate começa a se intensificar (2009-2012) e o período de intensificação do debate e mudança de posicionamento do jornal (2013-2016). E, para finalizar, as **considerações finais** fazem um balanço dos resultados e apresentam limitações e possibilidades para continuar com a pesquisa.

1 A POLÍTICA DE DROGAS NA MÍDIA

A política de drogas, no Brasil e no mundo, já foi objeto de diversos estudos e observa-se na literatura uma narrativa relativamente homogênea no que diz respeito às origens do proibicionismo. Apesar da ocorrência de algumas campanhas contrárias ao uso de drogas (particularmente do álcool) durante o século XIX, teria sido no início do século XX que se observou a mobilização de agentes sociais e Estados no sentido de efetivamente regular e, no limite, proibir o consumo de determinadas substâncias (“drogas”) a partir de um discurso que articula criminalização e medicalização (CARNEIRO, 2018).

Tal mobilização teria se intensificado ao longo do século XX, com a crescente ampliação da lista de drogas categorizadas como “ilícitas” e a intensificação das medidas punitivas contra consumidores, produtores e comerciantes de tais substâncias. Um elemento importante neste processo de aprofundamento do proibicionismo e a sua constituição como paradigma global da política de drogas foi a Convenção Única sobre Entorpecentes da ONU de 1961² (CARNEIRO, 2018; FIORE, 2012; TORCATO, 2014, 2016; VALOIS, 2019). Outro aspecto destacado na literatura, especialmente em relação à política de drogas brasileira, é o seu aspecto racista. Nesse sentido, inicialmente, a proibição da maconha se vinculou à criminalização de negras e negros que fumavam o chamado “pito de pango”, nas ruas do Rio de Janeiro (TORCATO, 2014, 2016; VALENTE, 2018).

Como resultado desses processos, o paradigma hegemônico nas políticas de drogas de boa parte dos países, especialmente na segunda metade do século XX, foi marcado por um referencial proibicionista e por uma estratégia de ação estatal crescentemente estruturada em torno da chamada “guerra às drogas” (BOKANY, 2015; MATTOS, 2019; RODRIGUES, 2002; TORCATO, 2014; VALOIS, 2019). As primeiras décadas do século XXI, no entanto, apresentam transformações significativas nesse cenário, com o crescimento de experiências nacionais e subnacionais de descriminalização da produção e/ou consumo de algumas substâncias, particularmente a maconha, em Portugal, Uruguai, Holanda, Canadá,

² Outras comissões, convenções e assembleias sobre a questão das drogas: Comissão de Xangai (1909); Convenção Internacional sobre o Ópio (1912); as Convenções de Genebra (1925, 1931 e 1936); Convenção Única sobre Entorpecentes (1961); Convenção Sobre Substâncias Psicotrópicas (1971); Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (1988); e, Assembleia Geral das Nações Unidas para o Problema das Drogas (2016).

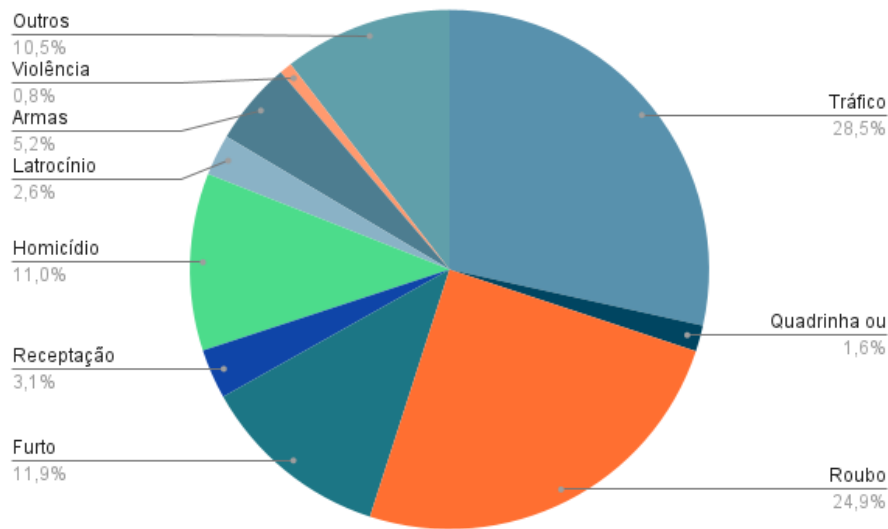
Jamaica, México e EUA (AZEVEDO; HYPOLITO, 2019; BRANDÃO, 2020; CAMPOS; POLICARPO, 2020)³.

No caso brasileiro não é diferente. Durante os anos do Partido dos Trabalhadores na Presidência da República foi aprovada uma nova Lei de Drogas 11.343 que manteve o seu referencial proibicionista, tendo como um dos resultados o aumento de prisões por tráfico, já que a lei não diferencia objetivamente a quantidade de caracterizaria uso e tráfico. Além disso, abriu brechas para a discricionariedade policial, onde brancos são considerados usuários e negros traficantes (ABRAMOVAY, 2017; BOITEUX, 2015; VALOIS, 2019).

A literatura identifica o aumento da superpopulação carcerária brasileira como uma das principais consequências do “poder criminalizador” conferido às agências de persecução criminal pela Lei nº 11.343/2006 (BORGES, 2019; CAMPOS, 2018, 2019; CAMPOS; AZEVEDO, 2020; CAMPOS; POLICARPO, 2020; FIORE, 2012, 2018; TEIXEIRA *et al.*, 2017). Em dez anos de vigência da lei, entre 2006 e 2016, o número de pessoas presas por infrações relacionadas às drogas passou de 13% para 28,5% do total da população carcerária. Enquanto, em 2005, a população carcerária incriminada por tráfico era de aproximadamente 35 mil pessoas, em 2016 esse número aumentou para mais de 170 mil pessoas. Na Figura 1 são mostradas as porcentagens de pessoas em privação de liberdade por tipo de crime.

³ Para uma visão panorâmica sobre as políticas de drogas pelo mundo, sob a ótica jornalística, recomenda-se a série de reportagens ‘Estado alterado’ do Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2020/estado-alterado-as-politicas-para-drogas-pelo-mundo/> Acesso em: 30 de agosto de 2022.

Figura 1: Porcentagem de pessoas em privação de liberdade por tipo de crime no Brasil



Fonte: Elaborada a partir do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN, 2016

Além disso, um fenômeno que se evidencia é a seletividade racial e de classe do encarceramento por crimes relacionados ao tráfico de drogas. A discricionariedade conferida à polícia e ao judiciário em função da não diferenciação explícita entre o que caracteriza uso e tráfico levou ao encarceramento majoritariamente de pessoas pobres e negras, em grande maioria jovens (ABRAMOVAY, 2017; BORGES, 2019-; SOUSA; SANTOS; APOSTOLIDIS, 2020; VALOIS, 2019). Como sintetizam Campos e Policarpo (2020: 18), “num contexto caracterizado pela aplicação desigual da lei e pela grande seletividade do sistema de justiça criminal (...), a ‘dimensão médica’ do dispositivo [Lei nº 11.343/06] acabou sendo preterida em prol da dimensão jurídico-punitiva”.

Direcionando-se para pesquisas que relacionam diretamente a política de drogas e a mídia, é possível encontrar uma gama de trabalhos analisam campanhas específicas de prevenção ao uso de drogas, como é o caso da campanha ‘Crack, nem pensar’, veiculada pela RBS, em 2009 e da campanha ‘Crack, é possível vencer’, publicada nos principais veículos de mídia impressa baiana, entre 2009 e 2014 (BORGES; SANTOS, 2018; PETUCO, 2011). Analisar uma campanha específica possibilita ver com profundidade a construção discursiva realizada pelo veículo midiático para caracterizar a “questão das drogas”. Alguns estudos enfatizam o caráter moralizante da mídia a partir das estratégias discursivas que levam à construção social do usuário de substâncias psicoativas de uma forma degradante (BÖES;

AMARAL, 2019; RODRIGUES; CONCEIÇÃO; IUNES, 2015). Ainda seguindo na linha de analisar campanhas midiáticas, é possível identificar os aspectos da estigmatização do usuário a partir de materiais jornalísticos, como é o caso identificado no trabalho de Petuco (2011: 117):

Que os usuários de crack são monstros perigosos, que habitam as sombras, a escuridão, os becos sujos, as escadarias, calçadas. Desumanizados, são capazes de fazer sofrer às pessoas que os amam, roubando-lhes dinheiro, agredindo-as, negligenciando cuidados e carinho, destruindo sonhos, desejos, anseios, desfazendo relações, traindo a confiança. Tudo por causa do crack.

Em trabalhos que buscam analisar de uma forma mais ampla as reportagens sobre drogas, é possível identificar sua ênfase na área da segurança pública, enquadrando as discussões sobre a “questão das drogas” como centralmente na apreensão, repressão e violência (REIS *et al.*, 2017). Fazendo uma pesquisa centrada no tema das drogas e não na política de drogas em si. Além disso, as pesquisas tendem a fazer uma análise em bloco de alguns dias ou meses e não uma análise longitudinal que demonstram transformações e reorientações no debate público sobre a política de drogas.

Outra gama de trabalhos que buscam analisar a política de drogas a partir de materiais de mídia são os que centralizam a análise em personagens específicos, tentando construir suas mudanças de posições e relações que podem ter levado a ela. É o caso da pesquisa sobre personagens como o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso (SOUTHIER, 2016). Também tem os trabalhos que objetivam verificar a partir de conteúdos jornalísticos as representações sociais sobre determinadas substâncias, como é o caso da maconha (RODRIGUES; CONCEIÇÃO; IUNES, 2015; SILVA, 2013; SOUSA, 2013; SOUSA; SANTOS; ALÉSSIO, 2018).

Anteriormente ao período de 2003, é possível encontrar uma caracterização do debate público sobre as drogas que evidenciam um caráter estigmatizante e majoritariamente proibicionista (ANDI / PROGRAMA NACIONAL DE DST/AIDS – MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005; RONZANI *et al.*, 2009). Esses trabalhos têm um foco central na forma como o usuário de substâncias psicoativas são tratados por meio das reportagens presentes no Jornal, não tendo o foco na política de drogas propriamente dita.

Outro ponto identificado é a centralidade dos estudos sobre a política de drogas a partir do material publicado nos jornais do eixo Rio-São Paulo, tendo poucos

trabalhos que usam como fonte de dados jornais de outras regiões do país (FERNANDES, 2015; GOULART, 2011; ROCHA, 2016; SOUSA; SANTOS; ALÉSSIO, 2018; SOUSA; SANTOS; APOSTOLIDIS, 2020; SOUTHER, 2016). Este esforço de trabalhar com um jornal que não está inserido no eixo Rio-São Paulo também é um aspecto que justifica a importância da presente pesquisa.

Algo que não foi encontrado ao fazer a revisão da literatura sobre política de drogas na mídia é, justamente, a caracterização temporal que pretendemos empreender no estudo. Encontra-se análises pontuais sobre o caráter estigmatizante da abordagem jornalística ou sobre campanhas específicas, mas não uma caracterização sobre o desenvolvimento do debate durante um período maior.

Outro aspecto identificado na literatura é que ela tende a não utilizar referências teóricas nem do campo de estudos de políticas públicas nem do campo de estudos de movimentos sociais. Ao contrário, observa-se a tendência de mobilização de referências teóricas do campo do direito (em grande parte, normativas), dos estudos genealógicos de Michel Foucault e da sociologia da violência, da criminalidade e/ou da segurança pública (BORGES; SANTOS, 2018; LUNARDON, 2015; MAYER; SANTOS; CHAGAS, 2016; PETUCO, 2011; SOUSA; SANTOS; ALÉSSIO, 2018). Neste sentido, argumenta-se que, a mobilização e articulação de perspectivas e conceitos dos campos de estudos movimentos sociais possibilitam abordar o objeto de estudo de forma inovadora e, assim, contribuir para a qualificação das análises.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica da pesquisa, bem como, os elementos norteadores para a categorização dos dados e a interpretação dos resultados estão centrados em três conceitos que serão elaborados com mais detalhes nas subseções do presente capítulo. São eles os conceitos de movimento social, contramovimento social e enquadramento interpretativo.

2.1 MOVIMENTO E CONTRAMOVIMENTO: A INTERAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS ANTAGONISTAS

O par de conceitos de movimento e contramovimento social é central para a fundamentação teórica da pesquisa desenvolvida. Esse par de conceitos expressa uma perspectiva relacional dos confrontos sociais e políticos. Em tais confrontos, redes de indivíduos e organizações antagônicas compartilham muitos dos objetos de interesse de seus opositores, fazendo demandas ao Estado em questões políticas e de política pública, além de competirem pela atenção da mídia e do público (MEYER; STAGGENBORG, 1996).

Tanto os movimentos sociais quanto os contramovimentos antagonistas são definidos como redes informais de agentes (organizações, grupos e indivíduos), engajadas em conflitos e que se estruturam em torno de identidades compartilhadas (DIANI, 2000; DIANI; BISON, 2010). Tal definição permite apreender o (contra)movimento social como uma rede complexa, heterogênea e, em geral, conflitiva, na qual distintos agentes utilizam diferentes repertórios de ação, enquadramentos interpretativos, estratégias e formas de organização no sentido de promover ou defender a causa que compartilham.

A importância desse par de conceitos para este trabalho é que ele possibilita uma análise relacional das disputas sobre a política de drogas entre duas redes antagônicas: o movimento antiproibicionista e o contramovimento proibicionista. Estamos definindo o proibicionista como contramovimento por ser a linha adotada de forma hegemônica na política de drogas e por ter passado a empregar medidas de contenção a partir dos espaços que o movimento antiproibicionista passou a ter. Mas essa escolha é somente de cunho analítico. A literatura sobre contramovimento social diz que é difícil essa escolha entre quem é o movimento ou o contramovimento, por isso, busca na linha temporal um possível caminho para demonstrar quem vem

primeiro (BANASZAK; ONDERCIN, 2010; FETNER, 2001; MEYER; STAGGENBORG, 1996; SILVA; PEREIRA, 2020). Neste sentido, a escolha por delimitar o contramovimento como sendo o proibicionista está baseada na ameaça à hegemonia dele sobre a política de drogas, aspecto que é observado a partir das reações a determinadas pautas do movimento antiproibicionista, como será demonstrado na discussão dos resultados da pesquisa.

Pereira e Silva (2022), ao fazerem uma análise dos trabalhos apresentado nos grupos de trabalhos (GT) sobre movimentos sociais nos Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) entre 2014 e 2018, identificam que uma lacuna importante nas pesquisas sobre movimentos sociais no Brasil é, justamente, a não incorporação de uma perspectiva relacional do confronto político. Em vista disso, a literatura tenderia a reproduzir um “viés movimentocêntrico”, que centraliza as análises em um movimento social específico e busca explorar o confronto político a partir dele mesmo, dando pouca atenção para as construções e interações que se dão a partir da relação com (contra)movimentos opositores. Os autores destacam sua proposta da seguinte maneira:

Frente a essas limitações, decorrentes de uma incorporação limitada de uma das proposições centrais da teoria do confronto político, argumenta-se sobre a importância de um deslocamento do campo de estudo de movimentos sociais no Brasil “para além dos movimentos sociais”. Tal deslocamento implica em assumir de maneira mais consistente dois pressupostos estruturantes da teoria do confronto político: a ontologia e a epistemologia relacional e o caráter contextual da forma como o confronto político se configura empiricamente (PEREIRA; SILVA, 2022, p. 13).

É neste sentido e com a finalidade/desafio de empreender a análise relacional entre antiproibicionismo e proibicionismo, que o par conceitual movimento e contramovimento nos é caro. Silva e Pereira (2020), ao realizar uma pesquisa bibliográfica em variadas bases online de artigos científicos em repositórios de dissertações e teses, constaram que a literatura brasileira tende a não utilizar o conceito de contramovimento social, nem a desenvolver uma abordagem relacional no estudo de movimentos sociais. Assim, se geraria uma tendência de estudos centrados no movimento social em si, não extrapolando as suas relações com outros movimentos de resistência às suas próprias pautas, caracterizando o que os autores chamam de perspectiva analítica movimentocêntrica ou “viés movimentocêntrico” (PEREIRA; SILVA, 2022; SILVA; PEREIRA, 2020). É buscando dar uma singela

contribuição para esse desafio que a presente pesquisa se estrutura ao tentar operacionalizar uma análise relacional das disputas discursivas sobre a política de drogas entre movimento e contramovimento.

2.2 ENQUADRAMENTO INTERPRETATIVO: CAMINHOS PARA ENQUADRAR A POLÍTICA DE DROGAS

Outro conceito que orienta teórica e metodologicamente a análise é o conceito de enquadramento interpretativo (*framing*). Esse conceito foi criado pelo sociólogo canadense Erving Goffman e possui uma longa trajetória nas ciências sociais.

Objetivando apresentar as contribuições e implicações da incorporação da abordagem de Goffman – e, particularmente, do seu conceito de enquadramento interpretativo – para o estudo da ação coletiva e, mais especificamente, dos movimentos sociais Silva, Cotanda e Pereira (2017) destacam que a abordagem do enquadramento interpretativo oferece recursos analíticos importantes para a investigação de temas ainda pouco explorados na literatura sobre movimentos sociais, como o exemplo da relação entre movimentos sociais e a mídia.

Na abordagem dos movimentos sociais, o conceito de enquadramentos interpretativos é utilizado com a finalidade de incorporar as características culturais dos movimentos que possibilita com que esses atores ressignifiquem determinadas situações e conhecimentos (REZENDE, 2016). Para gerar mobilização, os movimentos sociais devem construir molduras interpretativas compostas por três dimensões: diagnóstico, prognóstico e motivacional (BENFORD; SNOW, 2000).

Por meio do enquadramento de diagnóstico, movimentos sociais interpretam determinada situação como um problema social e, mais especificamente, como uma injustiça, identificando os culpados pela existência desta situação assim como as fronteiras entre o “nós” e o “eles” e entre o “bem” e o “mal”. Já por meio do enquadramento de prognóstico, militantes devem apontar as soluções para os problemas identificados, assim como delinear planos para alcançá-las. Por fim, o enquadramento motivacional é o responsável pela construção de mensagens que estimulem que indivíduos enquadrados como vítimas (ou aqueles que atuam em seu nome) se engajem de forma sustentada em atividades de movimentos sociais (Benford & Snow 2000)” (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017, p. 154).

Sem a pretensão de abordar a diversidade de definições e usos do conceito de enquadramento interpretativo, a presente pesquisa centra-se na forma como o

conceito é apropriado e utilizado pela literatura que analisa o processo de construção social da realidade pela mídia e os efeitos dessa construção na estruturação do debate público. Uma síntese possível é que “a tese do enquadramento trabalha com a premissa de que a mídia exerce sua influência no debate público filtrando e realçando aspectos de determinado tema, inclusive dando voz a alguns atores sociais e silenciando outros” (CAMPOS; FERES JÚNIOR; DAFLON, 2013, p. 8). Com base nessa definição, o enquadramento se caracteriza pela construção e promoção de uma forma específica de diagnosticar determinado “problema” e de propor soluções para ele. Com isso, o “*framing* (...) refere-se a uma ‘tese’, a priori, que orienta determinada cobertura, o que é diferente da simples ênfase a certas características do fato narrado” (GUTMANN, 2006, p. 45).

A partir desse entendimento, o conceito de enquadramento interpretativo foi mobilizado no presente trabalho para abordar dois elementos que conformam as disputas no debate público sobre a política de drogas. De um lado, para apreender como o movimento antiproibicionista e o contramovimento proibicionista situam a política de drogas a partir de dois enquadramentos centrais: a saúde pública e a segurança pública. De outro lado, o conceito de enquadramento interpretativo foi mobilizado para analisar como o diagnóstico/problema e o prognóstico/soluções se relaciona com seus enquadramentos de saúde e de segurança.

Uma qualificação a ser feita em relação à abordagem de enquadramentos utilizada se relaciona à interpretação de que a imprensa constitui uma arena e um agente do debate público. Sendo uma arena, a imprensa é um espaço disputado pelos diversos agentes cujos enquadramentos competem pela definição dos problemas públicos e suas soluções dentro de um determinado campo. Em função disso, a análise adota a abordagem de “competição de enquadramentos” proposta por Maia (2009), pois esta reconhece que as arenas midiáticas tendem a expressar uma “luta entre grupos de interesse, partidos políticos ou grupos sociais, entre distintos sistemas de pensamento e quadros ético-morais, de modo que as questões são muitas vezes enquadradas e debatidas em termos conflitantes” (MAIA, 2009, p. 304). Sendo um agente, por sua vez, a imprensa também integra essa competição de enquadramentos e, em função da dinâmica relacional de cooperação e conflito que se estabelece entre os agentes e coalizões do campo, pode transformar seus posicionamentos ao longo do tempo.

Na próxima seção será apresentado como foi operacionalizado o conceito de enquadramento interpretativo no desenho metodológico da pesquisa, com a finalidade de identificar os enquadramentos de saúde pública e segurança pública, bem como de problemas e soluções sobre a política de drogas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de cunho documental, tendo como fonte de dados os materiais sobre a política de drogas publicados no jornal Zero Hora, entre os anos 2003 até 2016. A pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser fonte rica e estável de dados, não implicar altos custos, não exigir contatos com os sujeitos da pesquisa e possibilitar uma leitura aprofundada dos materiais empíricos. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, sendo a diferença o fato de ainda não ter recebido tratamento analítico, ou que pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2002, 2008). Ainda, a pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos (PIANA, 2009).

Um esforço metodológico adotado na pesquisa é, justamente, tentar incorporar a abordagem de “ir além dos movimentos sociais”, trazendo para a discussão um olhar relacional sobre a construção discursiva do antiproibicionismo e proibicionismo, ou seja, como eles se constroem também (ou, principalmente) em interação. Para isso, incorpora-se uma epistemologia relacional e contextual, redirecionando nosso olhar do “movimento e suas relações de confronto e cooperação” para “os confrontos, seus atores e suas múltiplas relações” (PEREIRA; SILVA, 2022). Na presente pesquisa, o foco é na construção dos discursos nas folhas do jornal Zero Hora, então, não se estabelece múltiplas relações para além delas.

Na presente seção será apresentada, inicialmente, a justificativa para a escolha do jornal Zero Hora como coleta do material empírico da pesquisa. Posteriormente, será descrito o procedimento para a coleta de dados e, por fim, os procedimentos metodológicos para a estruturação dos códigos no NVivo.

3.1 MOTIVOS PARA A ESCOLHA DO JORNAL ZERO HORA

Para realizar a pesquisa, optou-se por ter como fonte de dados o jornal Zero Hora. Ele é um veículo de comunicação mantido pelo Grupo RBS e é reconhecido por ser “o maior jornal do Rio Grande do Sul” devido a sua estrutura e tempo de atuação (FERNANDES, 2016). O Grupo RBS forma o maior grupo do setor de comunicações do país fora do Eixo Rio-São Paulo e atualmente é líder na área de comunicação nos

estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em levantamento⁴ realizado pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC) sobre a circulação e tiragem, o jornal Zero Hora ficou em 5º lugar nacional, com mais de 200 mil exemplares diários.

A relevância estadual e nacional do jornal Zero Hora, aliada com a praticidade de estar localizado em Porto Alegre, cidade em que o pesquisador estuda, o credencia como uma boa fonte de dados. Porém, não foram somente esses motivos que justificaram a decisão. Um outro ponto importante é o fato de que na revisão da literatura, observou-se que a quase totalidade dos estudos sobre o tratamento midiático ao tema das drogas se refere a veículos do eixo RJ-SP (FERNANDES, 2015; GOULART, 2011; ROCHA, 2016; SOUSA; SANTOS; ALÉSSIO, 2018; SOUSA; SANTOS; APOSTOLIDIS, 2020; SOUTHER, 2016). Assim, o jornal Zero Hora possibilita tanto ter acesso ao conteúdo de um dos principais grupos de comunicação do país, quanto oportuniza uma análise de como se estrutura o debate público sobre a política de drogas na arena jornalística fora do eixo RJ-SP.

3.1.1 Técnicas para a coleta dos dados

Para fazer a coleta dos dados da pesquisa, foram realizadas visitas ao Centro de Informações do jornal para acessar o acervo do mesmo. Foram usados variados termos de busca, com o objetivo de coletar o maior número possível dos materiais publicados no jornal ao longo dos quatorze anos de abrangência da pesquisa. Os termos de busca usados foram os seguintes: “política de drogas”; “política de drogas + descriminalização”; “política de drogas + criminalização”; “criminalização + drogas”; “descriminalização + drogas”; “maconha + descriminalização”; “marcha da maconha”; e “descriminalização das drogas”⁵. Foi escolhido usar como termo de busca a substância maconha, pois uma parte significativa do debate sobre a política de drogas que vai à mídia acaba sendo centrada nesta substância. Isso pode ser validado através da quantidade de estudos encontrados sobre a maconha (FERNANDES, 2015; MAYER; SANTOS; CHAGAS, 2016; ROCHA, 2019; ROCHA; MORAES, 2016; SILVA, 2013; SOUSA, 2013; SOUSA; SANTOS; ALÉSSIO, 2018; SOUSA; SANTOS; APOSTOLIDIS, 2020), bem como pelas palavras mais usadas ao longo dos anos no

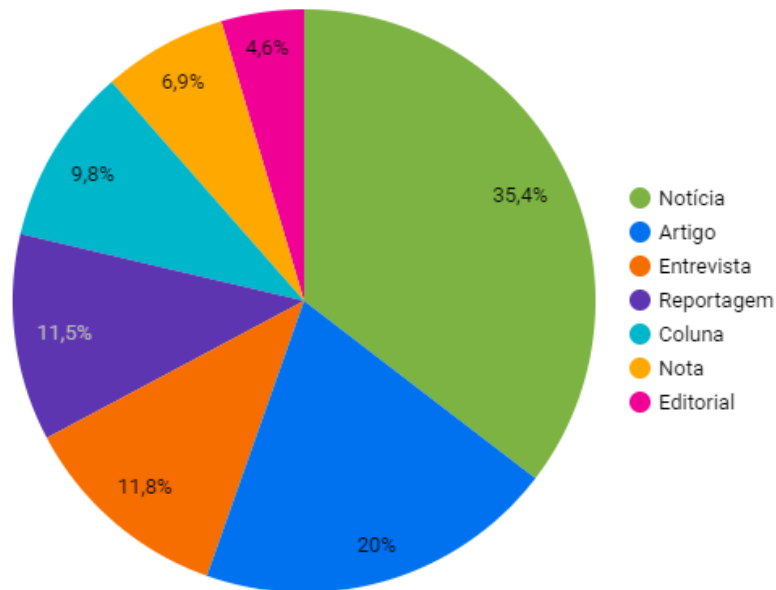
⁴ O levantamento pode ser acessado na biblioteca do Media Ownership Monitor Brasil, através do seguinte endereço: <https://brazil.mom-rsf.org/br/biblioteca/>. O título para a busca é ‘Jornais - JANEIRO/2016 a DEZEMBRO/2016 - Média dos períodos’. Data do Acesso: 25 jul. 2022.

⁵ É importante ressaltar que o foco da pesquisa é a política de drogas e não o tema das drogas em geral. As publicações sobre o segundo tema são, certamente, muito mais numerosas.

material empírico coletado para a presente pesquisa – em todos, a palavra mais usada foi maconha.

Com esses termos de buscas, foram obtidos um total de 305 documentos. Os quais foram lidos e categorizados com o auxílio do software de análise qualitativa de dados NVivo. Com a finalidade de demonstração, eles foram diferenciados por tipo de conteúdo. Na Figura 2, podemos ver a porcentagem dos tipos de materiais coletados. A diferenciação entre esses tipos de materiais foi baseada na categorização proposta por Fernandes (2016), segundo a qual: o artigo (61 documentos ou 20%) é um conteúdo opinativo e analítico; a coluna (30 documentos ou 9,8%) também é um conteúdo opinativo e analítico, porém difere-se do artigo por ser publicada por uma pessoa que escreve frequentemente para o jornal; o editorial (14 documentos ou 4,6%) é um texto opinativo e analítico que representa o posicionamento do veículo midiático; a entrevista (36 documentos ou 11,8%) é uma coleta de declarações para serem divulgadas através dos meios de comunicação; a nota (21 documentos ou 6,9%) é um conteúdo descritivo dos fatos, só que sucinta (Fernandes considera uma nota a notícia que tiver menos de 4 parágrafos); a notícia (108 documentos ou 35,4%) também é um conteúdo descritivo dos fatos, só que mais extensa do que a nota; e, por fim, a reportagem (35 documentos ou 11,5%) é um conteúdo descritivo dos fatos, só que mais denso e extenso com relação à discussão sobre um tema específico. Este último tipo não faz parte do trabalho de Fernandes (2016), mas é relevante para esta pesquisa, por ter um número significativo de documentos e normalmente acompanhar os editoriais do jornal.

Figura 2: Porcentagens dos tipos de materiais coletados



Fonte: dados da pesquisa

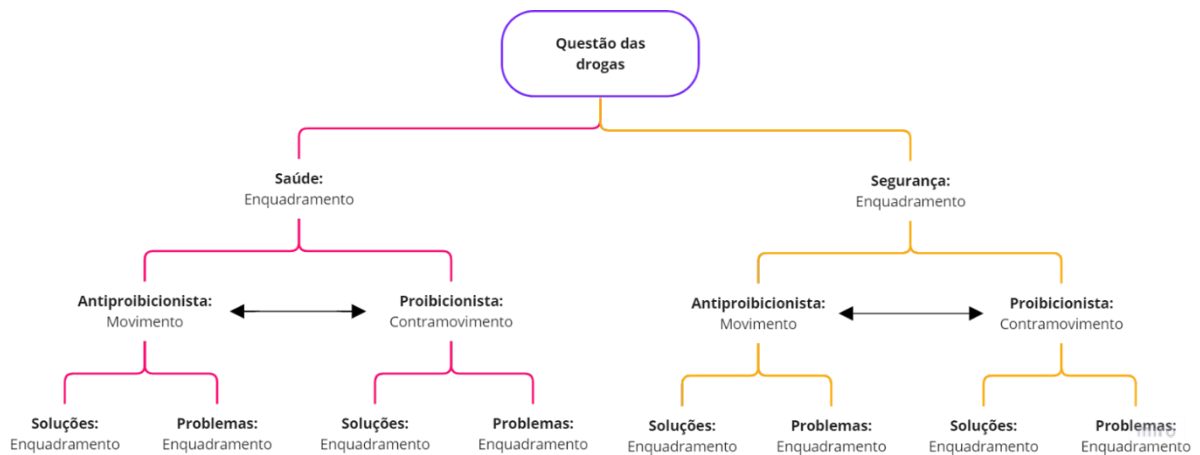
3.2 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA SOBRE O USO DO NVIVO

Para a análise do material, utilizou-se como suporte o programa informacional CAQDAS (*Computer Aided Data Analysis Software*) NVivo. O NVivo permite que, a partir do material empírico estudado, seja realizado um processo de codificação. O processo de codificação consiste em “adicionar índices de referência com determinado sentido ou significado a trechos do material empírico” (TEIXEIRA, 2020, p. 8). É possível realizar a codificação do material de duas formas: a partir de uma lista pré-definida de categorias ou através da criação das categorias à medida que se consulta a base de dados (FERNANDES, 2016; TEIXEIRA, 2020; TEIXEIRA; BECKER, 2001). No presente estudo, optou-se por usar ambas as maneiras.

Por um lado, a pesquisa possuía uma lista pré-definida de códigos: o movimento antiproibicionista e o contramovimento proibicionista, o enquadramento da segurança pública e da saúde pública e, ainda, o enquadramento de diagnóstico/problema e prognóstico/solução. O processo de enquadrar em segurança pública ou saúde pública significa, basicamente, identificar o argumento mobilizado no jornal e ver se ele diz respeito à segurança ou à saúde. A criação de códigos livremente foi usada para inserir nos devidos enquadramentos os argumentos que estavam sendo mobilizados, aspecto que será apresentado na discussão dos resultados da pesquisa.

Com o objetivo de apresentar a estrutura dos códigos no NVivo, foi elaborada a Figura 3. Nota-se que nela é possível observarmos que a “questão das drogas” ou a “política de drogas” na mídia é tratado pelo enquadramento da saúde pública e o da segurança pública, os quais se tornaram códigos no NVivo. Internamente a eles existe o código do movimento antiproibicionista e o do contramovimento proibicionista. Por fim, tem os códigos terciários do enquadramento de soluções e o de problemas. Os argumentos foram inseridos em códigos dentro dos enquadramentos de problemas e soluções. A seta presente na figura é para reforçar que antiproibicionista e proibicionista estão em relação.

Figura 3: Mapa mental da estruturação dos códigos no NVivo



Fonte: Elaboração própria

Também foi utilizado, no NVivo, o recurso de classificação de arquivos. Esse recurso permite organizar o material em estruturas tabulares (linha x coluna), com o intuito de classificar, segundo determinados atributos, os arquivos existentes no projeto. Em outras palavras, os arquivos podem ser endereçados a tabelas (classificações) a fim de serem “marcados” com certos valores (atributos) (TEIXEIRA, 2020).

A classificação de arquivos criada tinha os seguintes atributos: tipo de material, ano, mês, dia e valência. A análise de valência consiste em identificar o posicionamento valorativo (positivo, negativo ou neutro) do texto jornalístico em relação a um determinado tema (FERES JÚNIOR, 2016; FERNANDES, 2016; STEIBEL; MARINKOVA, 2013)⁶.

⁶ Para uma crítica à análise de valência ver (MIGUEL, 2015).

Nesta pesquisa, é feita uma adaptação da análise de valência a partir de uma distribuição dos documentos em três categorias valorativas a partir dos argumentos utilizados: antiproibicionista, proibicionista e ambos. A categoria antiproibicionista abrange os documentos que apresentam o predomínio de argumentos que questionam o proibicionismo. A categoria proibicionista, ao contrário, é constituída pelos documentos que possuem um predomínio de argumentos de defesa de princípios e medidas proibicionistas na política de drogas. Por fim, a categoria “ambos” é composta pelos documentos que apresentam argumentos proibicionistas e antiproibicionistas de forma relativamente equilibrada.

Paralelamente a isso, o NVivo serviu também para identificarmos os principais atores presentes no jornal, com suas respectivas áreas de atuação profissional. Isto foi feito em uma estruturação de códigos alternativa àquela usada para os argumentos. Na Figura 4 apresentamos um mapa mental da estruturação de códigos. É possível ver que para os atores foram criados códigos com a categoria geral de atuação (exemplo: academia, política, entre outros). Internamente à categoria foram criados os códigos para saber se eram do movimento antiproibicionista ou do contramovimento proibicionista. Já os códigos da área de atuação específica (exemplo: sociólogo, psiquiatra, entre outros) servem para vermos a área de atuação em si. Por fim, o código nome serve para sabermos o que cada ator falou.

Figura 4: Mapa mental da estruturação dos códigos no NVivo, para a identificação de atores



Fonte: Elaboração própria

Todas as codificações, bem como, a categorização de valência foi feita no NVivo a partir da leitura atenta de cada material. Já os gráficos gerados para a pesquisa foram feitos usando a ferramenta *Google Data Studio*, que é uma ferramenta online para a conversão de dados em painéis e relatórios informativos personalizados. Os mapas mentais foram feitos no *Miro*. Na próxima seção serão apresentados e discutidos os achados na pesquisa.

4 DISCUTINDO OS RESULTADOS DA PESQUISA: DA CARACTERIZAÇÃO À RELAÇÃO ENTRE PROIBICIONISTAS E ANTIPROIBICIONISTAS

A presente seção do trabalho busca apresentar e discutir os resultados encontrados com a pesquisa. Ela está organizada de uma forma que permite evidenciar uma caracterização do desenvolvimento do debate sobre a política de drogas nas páginas do jornal Zero Hora, a partir do enquadramento da segurança e da saúde pública, ao mobilizar problemas e soluções para a questão das drogas.

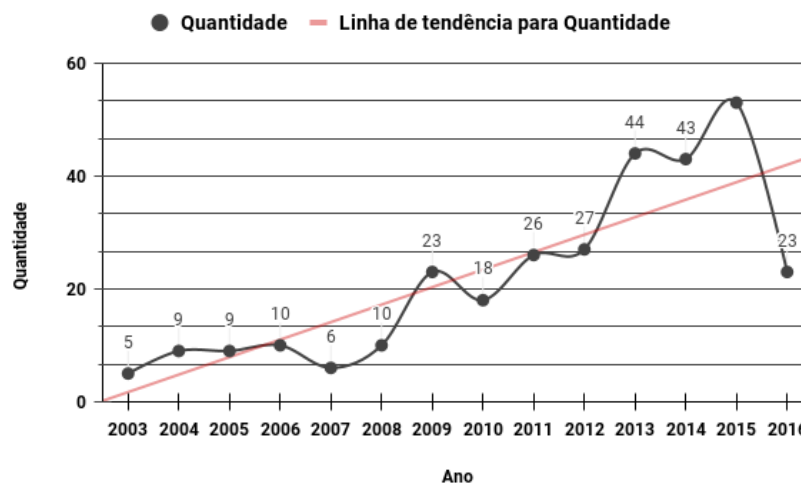
A primeira parte, é baseada em análise de valência e gráficos que demonstram o desenvolvimento da discussão. A segunda parte apresenta os atores envolvidos na discussão sobre a política de drogas e suas áreas de atuação. A terceira parte, por sua vez, apresenta a forma como se desenvolveu e transformou o posicionamento do jornal por meio dos seus editoriais. Por fim, são apresentados os principais argumentos mobilizados pelo movimento antiproibicionista e o contramovimento proibicionista, ao longo dos anos. Essa parte demonstra a forma como os principais argumentos mobilizados foram se alterando ao longo do tempo a partir da interação conflitiva sobre a política de drogas.

4.1 ASPECTOS GERAIS DA COBERTURA DO JORNAL ZERO HORA SOBRE A TEMÁTICA DA POLÍTICA DE DROGAS

Um dos primeiros achados da pesquisa diz respeito à forma como se desenvolveu o interesse sobre a temática das drogas no jornal, ao longo dos quatorze anos estudados. A Figura 5 representa esse interesse. Ela foi produzida a partir da quantidade de arquivos coletados em cada um dos anos. É possível percebermos que houve um aumento expressivo da quantidade de publicações ao longo dos anos, principalmente no ano de 2009 e no período que vai de 2013 até 2015. Anteriormente a 2009, a quantidade de publicações ao ano não passou de dez em nenhum momento, porém, neste ano, deu um salto para mais de vinte, ou seja, mais do que dobrou as publicações. Do ano de 2009 até 2012, a quantidade de publicações mantém-se na casa dos mais de vinte, com exceção de 2010, onde há uma pequena queda ficando abaixo. Porém, no período que vai de 2013 até 2015, há um novo salto na quantidade de publicações, passando para mais de quarenta. O ano de 2015 é o que mais teve publicações, chegando à casa dos mais de cinquenta. Na linha em verde no gráfico, há uma linear de interesse médio sobre a temática. Ela apresenta a média do aumento

do interesse sobre a temática das drogas no jornal Zero Hora. É possível percebermos que os anos destacados anteriormente foram, justamente, os que a quantidade de arquivos publicados excedeu a linear de interesse médio. Posteriormente, apresentaremos algumas novidades encontradas no material empírico que podem ajudar a explicar esse aumento do interesse acima da linear.

Figura 5: Gráfico com o aumento do interesse da temática das drogas no jornal Zero Hora, de 2003 a 2016



Fonte: Dados da pesquisa

Cabe destacar que no ano de 2006 foi aprovada a Lei 11.343/2006⁷, chamada de “nova lei de drogas”. No entanto, é possível vermos na Figura 4 que em 2006 não houve um aumento de interesse na discussão no jornal, mesmo durante a tramitação da lei. No material empírico, no ano de 2006, somente dois arquivos abordaram a nova lei, ambos após a tramitação e sanção por parte da Presidência da República. Isso demonstra que a temática das drogas tinha pouco espaço dentro do veículo.

No ano de 2009, é possível vermos que novos e importantes agentes passaram a se posicionar sobre a questão das drogas. O principal deles é o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso (FHC). Diane Southier, em dissertação sobre o discurso sobre drogas e o posicionamento de FHC, diz que ele “vem ativamente se engajando com o tema das drogas desde 2008, ano de formação da Comissão Latino-americana sobre Drogas e Democracia” (SOUTHIER, 2016, p. 135). Essa comissão

⁷ Para saber sobre a tramitação da Lei 11.343/2006 no Congresso Nacional, recomenda-se o artigo “ENTRE DOENTES E BANDIDOS: A tramitação da lei de drogas (no 11.343/2006) no Congresso Nacional” de autoria de Marcelo da Silva Campos (CAMPOS, 2015). Ele pode ser acessado em: <https://reedrevista.org/reed/article/view/74>.

foi criada por alguns ex-presidentes como Ernesto Zedillo (México), César Gaviria (Colômbia) e o próprio FHC. Dela fazem parte outras personalidades, desde pessoas que trabalham com a política institucional, escritores, jornalistas, professores e pesquisadores. Sua criação deu-se em função da reunião da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2009, na qual a Comissão apresentou o relatório intitulado *Drogas e democracia: rumo a uma mudança de paradigma*⁸. A proposta da comissão fez parte de um movimento de rever os dez anos de combate às drogas no mundo, buscando uma mudança no paradigma proibicionista (SOUTHIER, 2016).

Além de figuras de destaque da política nacional terem entrado no debate sobre drogas, entre os anos de 2009 e 2012⁹ foi elaborada e veiculada pelo grupo RBS uma campanha chamada “Crack, nem pensar”¹⁰. Essa campanha, “no primeiro momento dos seus seis meses (28 de maio a quatro de dezembro) teve ampla cobertura publicitária, editorial e institucional” (BÖES; AMARAL, 2019, p. 72). Esta campanha, apesar de ter sido veiculada com mais abrangência na televisão, esteve presente no jornal Zero Hora, que também faz parte do grupo RBS, como visto anteriormente.

O período de intensificação do debate após 2013, deve-se a vários fatores, inclusive, à mudança de posicionamento do jornal, que aconteceu em 2015. Um desses fatores de destaque é a descriminalização e regulamentação da cadeia produtiva da maconha no Uruguai e, o outro, é a votação da descriminalização do porte de maconha para uso pessoal que começou em 2015, no STF. A votação teve intensa cobertura midiática, inclusive, com entrevista com o ministro Luís Roberto Barroso.

Outro achado da pesquisa, que busca caracterizar como o tema da política de drogas aparece no material, é a análise de valência dos arquivos veiculados no jornal. Na Figura 6, é apresentada a valência dos materiais ao longo do período estudado. É possível observar que publicações com predomínio de conteúdos proibicionistas foram maioria até o ano de 2012. No ano de 2013, conteúdos antiproibicionistas e

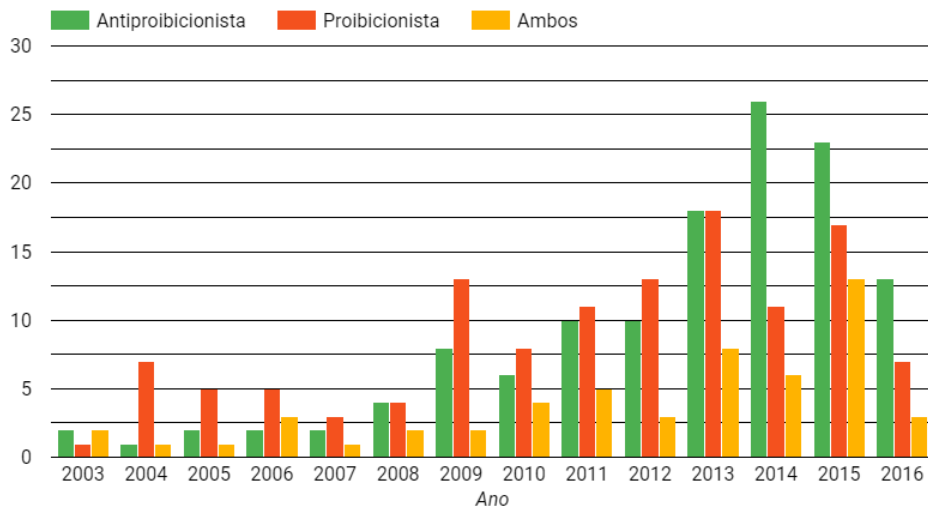
⁸ O relatório completo pode ser acessado em http://www.koinonia.org.br/bdv/detalhes.asp?cod_artigo=344&cod_boletim=31. O acesso foi feito em 25 de agosto de 2022.

⁹ Durante este período também teve a votação no STF sobre a liberação acerca da realização das Marchas da Maconha. A liberação ocorreu em 2011. Na pesquisa, não estamos entendendo a Marcha da Maconha como um intensificador do debate pelo motivo dela deixar de aparecer no jornal após a liberação.

¹⁰ Não faz parte dos nossos objetivos discutir a campanha “Crack, nem pensar”, neste sentido, a quem interessar, recomendamos a leitura da dissertação de Dênis Roberto da Silva Petuco, defendida em 2011, cuja o título é “Entre imagens e palavras: discurso de uma campanha de prevenção ao crack”. Ela pode ser acessada em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4621>.

proibicionistas estiveram presentes em quantidade relativamente similar. A partir de 2014, a valência predominante no jornal foi antiproibicionista. Destaca-se que, em 2014, a quantidade de documentos com valência antiproibicionista foi mais do que o dobro se comparada com a proibicionista.

Figura 6: Distribuição da valência dos documentos coletados sobre a política de drogas publicados no jornal Zero Hora (2003-2016)



Fonte: Dados da pesquisa

Os dados da Figura 6 mostram que, além do aumento quantitativo do debate público veiculado pelo Jornal Zero Hora sobre política de drogas no período analisado, houve também mudanças qualitativas no que se refere aos atores e enquadramentos predominantes nesse debate. Observa-se, assim, uma significativa reorientação do veículo analisado no que se refere às posições que obtêm mais espaço nessa arena jornalística, com o predomínio das posições antiproibicionistas ao final do período.

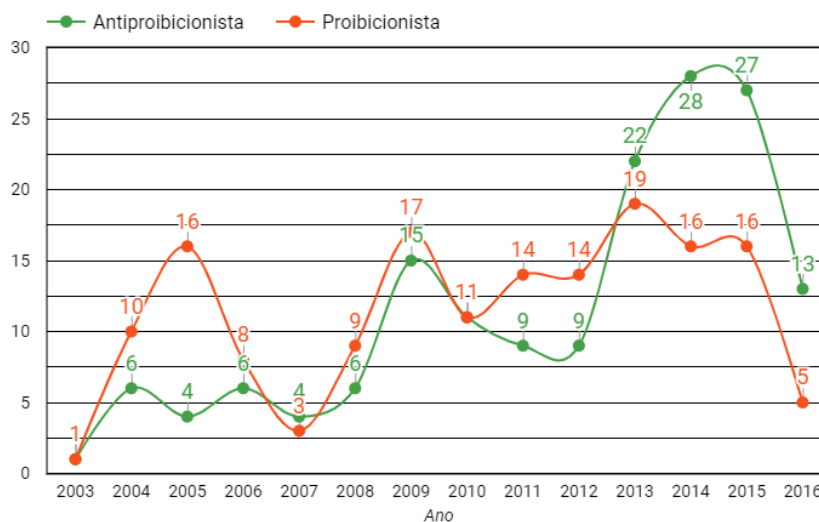
4.2 QUEM FALOU SOBRE A POLÍTICA DE DROGAS NO JORNAL ZERO HORA

A presente subseção busca apresentar quem fala e as áreas de atuações dos atores que foram mais atuantes no jornal, durante o período estudado. A subseção vai se desenvolver a partir de três estágios: primeiramente, será mostrado o número de agentes antiproibicionistas e proibicionistas e como ele variou ao longo dos anos; depois, será demonstrado a variedade da área de atuação desses agentes; e, por fim, quem são eles.

Primeiramente, a Figura 7 apresenta a quantidade de agentes proibicionistas e antiproibicionistas presentes nos documentos coletados separados por ano, ou seja,

o agente que aparece em mais de um ano foi contabilizado em ambos. Os dados da Figura 6 mostram mudanças importantes ao longo do período pesquisado. No início do período, entre os anos 2003 e 2006, percebe-se que a quantidade de agentes proibicionistas que têm acesso ao jornal para a apresentação e difusão de suas posições tende a ser significativamente maior em relação aos antiproibicionistas. Entre 2007 e 2012, há um crescente interesse do jornal sobre o tema e, apesar do jornal ainda manter um posicionamento proibicionista incondicional explícito, os dados indicam um maior equilíbrio entre o número de atores proibicionistas e antiproibicionistas com acesso ao jornal. Por fim, a partir de 2013, há um aumento significativo na quantidade de agentes antiproibicionistas que se expressam nos documentos coletados. Esse aumento é particularmente significativo nos anos de 2014 e 2015, período em que o jornal assumiu um posicionamento “antiproibicionista seletivo”, conforme será analisado posteriormente.

Figura 7: Distribuição do número de atores antiproibicionistas e proibicionista identificados nos documentos analisados



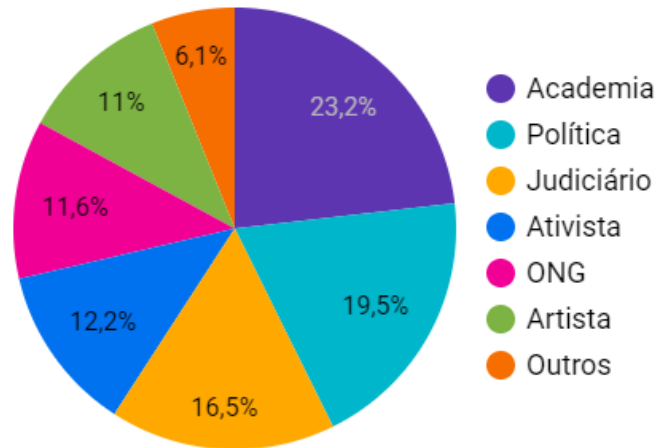
Fonte: Dados da pesquisa

Um segundo passo para caracterizar quem participa do debate público sobre a política de drogas no jornal Zero Hora foi a identificação das áreas de atuação de tais agentes. Nesse sentido, os indivíduos identificados nos documentos foram enquadrados nas seguintes categorias: academia, artista, ativista, comunidade

terapêutica (CT), direito, imprensa, judiciário, médico, ONU, polícia, política, psicologia e psiquiatra. Apresenta-se a seguir os resultados da categorização¹¹.

A Figura 8 apresenta as principais áreas de atuação dos agentes antiproibicionistas identificados nos documentos coletados. Enquanto o Quadro 1 expressa nominalmente quem são esses atores.

Figura 8: Principais áreas de atuação dos agentes antiproibicionistas



Fonte: Dados da pesquisa

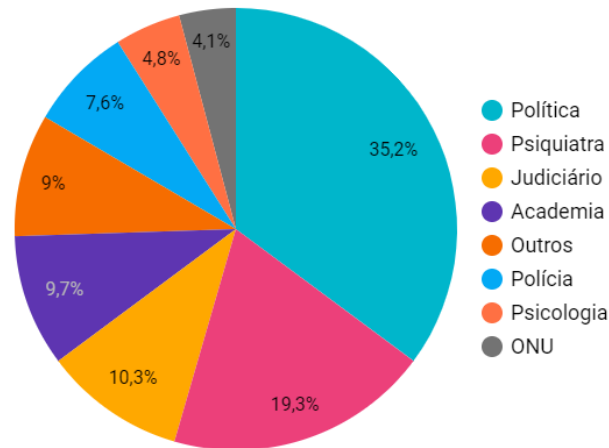
Quadro 1: Principais agentes antiproibicionista encontrados no jornal Zero Hora

Nome	Categoria	Área Atuação	Vezez
Marcos Flávio Rolim	Academia	Sociólogo	29
Fernando Henrique Cardoso	Política	Político	24
Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo	Academia	Sociólogo	12
Gilmar Mendes	Judiciário	Ministro STF	11
Pedro Vieira Abramovay	ONG	Open Society Foundations	11
Ilona Izabó de Carvalho	ONG	Instituto Igarapé	11
Raphael Erichsen	Artista	Diretor	9
Luiz Matias Flach	Direito	Advogado	8
Tarso Genro	Política	Político	8
Growroom	Ativista	Site	7
Chico Buarque	Artista	Compositor	6
Luís Roberto Barroso	Judiciário	Ministro STF	6

Fonte: Dados da pesquisa

Já na Figura 9 são apresentadas as principais áreas de atuação dos atores proibicionistas identificados nos documentos coletados. Enquanto o Quadro 2 expressa nominalmente quem são esses atores.

¹¹ Para melhor apresentação dos resultados, foi criada uma categoria “outros” referente às áreas de atuação que obtiveram uma soma inferior ou igual a cinco referências. Desta forma, do segmento antiproibicionista a categoria “outros” contém imprensa e psiquiatra, ambas com cinco referências cada. Já em relação ao segmento proibicionista a categoria “outros” contém CT (2), direito (4), imprensa (5) e médico (2).

Figura 9: Principais áreas de atuação dos agentes proibicionistas

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 2: Principais agentes proibicionistas encontrados no jornal Zero Hora

Nome	Categoria	Área Atuação	Vezes
Osmar Terra	Política	Político	39
Sérgio de Paula Ramos	Psiquiatra	Psiquiatra	19
Ronaldo Laranjeira	Academia	Psiquiatra	13
Ana Cecília Marques	Psiquiatra	Psiquiatra	13
Walter Waigner da Silva Gomes	Polícia	Delegado	8
Marilyn Huestis	Academia	Bioquímica	7
Júlio Alfredo de Almeida	Judiciário	Promotor	7
Gilda Pulcherio	Psiquiatra	Psiquiatra	6

Fonte: Dados da pesquisa

Comparando as Figuras 8 e 9, é possível observar algumas diferenças significativas entre os agentes proibicionistas e antiproibicionistas que participam do debate sobre política de drogas no jornal Zero Hora. O proibicionismo, por um lado, tende a ser sustentado, principalmente, por atores do campo político e da psiquiatria (que, juntos, respondem a 54,5% do conjunto de agentes desse segmento). Destaca-se, ainda, que apesar da centralidade do enquadramento de segurança pública para o proibicionismo, a presença de agentes da área policial expressando e defendendo posições proibicionistas é relativamente baixa no período pesquisado. Além disso, também deve ser destacado que não foram identificados agentes religiosos que apareceram mais de cinco vezes na defesa do proibicionismo.

O antiproibicionismo, por outro lado, apresenta uma distribuição mais equilibrada de agentes em diferentes áreas de atuação. Além de uma presença maior de atores vinculados ao campo acadêmico, há ainda a presença destacada de agentes da sociedade civil (ONGs e ativistas) que integram a rede do movimento

antiproibicionista. Por fim, destaca-se também a presença de agentes do campo artístico na defesa das posições antiproibicionistas.

A comparação entre os Quadros 1 e 2, por sua vez, também oferece algumas informações importantes. Enquanto os atores antiproibicionistas com presença mais expressiva no jornal apresentam uma maior diversidade de áreas de atuação, os proibicionistas tendem a ser centralmente representados por indivíduos da área da psiquiatria. É, ainda, digno de nota a significativa presença do político Osmar Terra (MDB) na defesa das posições proibicionistas no jornal Zero Hora. O expressivo número de 39 referências nos documentos coletados ganha mais destaque quando se informa que sua primeira aparição no jornal em defesa do proibicionismo na política de drogas ocorreu apenas no ano de 2010.

4.3 ENQUADRANDO A POLÍTICA DE DROGAS: TRANSFORMAÇÕES DOS EDITORIAIS DO JORNAL ZERO HORA

Ao longo do período pesquisado foram escritos doze editoriais que expressavam a posição do jornal Zero Hora sobre a “questão das drogas”. No material coletado, o primeiro editorial encontrado sobre o tema é datado de 08 de março de 2006. Lembramos que nesse ano foi aprovada a Lei de Drogas nº 11.343/2006, mas este não é o assunto tratado no editorial. Seu título é “O impasse das drogas” e parte de uma “troca de farpas entre um procurador de Justiça e o Tribunal de Justiça do Estado sobre alegadas divergências na forma de encarar usuários de drogas”. Outro tema abordado é o cancelamento da Marcha Mundial da Maconha, que ocorreria em Porto Alegre. O editorial destaca que a questão das drogas é um “problema que a sociedade não tem como ignorar” e, também, que não adianta “tentar resolvê-lo com atitudes extremas como a leniência ou a repressão”. A solução apresentada pelo jornal é a prevenção.

Após 2006, a temática das drogas retorna aos editoriais do jornal Zero Hora somente em 2010. Neste ano, foram publicados três editoriais sobre o tema. O primeiro foi publicado em 26 de fevereiro de 2010, o título é “Tolerância ou capitulação?”. Seguindo a linha do editorial de 2006, destaca a questão da prevenção e da responsabilidade de toda sociedade para o enfrentamento da “questão das drogas”. O editorial aborda uma proposta do Ministério da Saúde para o “abrandamento das penas para pequenos traficantes e para portadores de drogas, que ficariam condicionadas aos antecedentes criminais e ao histórico de usuário”,

argumentando que “são tênues os limites entre a tolerância e a capitulação” com as drogas.

O segundo editorial de 2010 é de 30 de março e se intitula “Vacina de Informação”, tendo como referência a campanha “Crack nem Pensar”, criada e promovida pelo próprio grupo empresarial proprietário do jornal Zero Hora. Ele divulga a segunda fase da campanha que seria chancelada com a entrevista do então Ministro da Saúde José Gomes Temporão. Essa segunda fase “buscará envolver família, comunidade, escolas e igrejas num novo mutirão antidroga” que tem como posição “considerar perigosa qualquer tolerância com a droga, com qualquer droga, mesmo que ela seja aparentemente inofensiva”. Na parte final do editorial, é feito um convite para que cidadãos do Rio Grande do Sul se juntem no esforço de difundir informações sobre a “importância de manter-se distante de uma substância que vicia e aniquila suas vítimas e que, num processo de degradação, destrói famílias”.

Por fim, o editorial de 07 de maio de 2010 abordou a Marcha da Maconha e seu título é “Marcha fiscalizada”. No início é dito que “existe na sociedade brasileira um consenso de tolerância em relação ao usuário”, mas também que “não é permitido fazer apologia” ao uso da substância. É neste sentido que o editorial vê como “tranquilizador que o Ministério Público se disponha a acompanhar de perto a manifestação”, pois assim os promotores de Justiça “poderão avaliar se a marcha ocorrerá dentro dos limites da livre expressão”, preservando o “direito dos cidadãos de não serem importunados nem expostos a ações criminosas”.

Em 2011, foi publicado somente um editorial, no dia 19 de junho, tendo como título “Equilíbrio delicado”. O tema central foi a legalização da Marcha da Maconha pelo STF, que ocorreu no mesmo ano. O editorial buscou evidenciar que o “Supremo decidiu mais uma vez que ninguém pode ser prévia e sumariamente proibido de pensar em voz alta, sozinho ou em grupo, por defender qualquer ponto de vista”.

No ano de 2012, foram publicados dois editoriais. O primeiro deles, intitulado “Proposta de alto risco”, foi publicado em 27 de julho e abordou uma “proposta formulada por juristas defendendo a descriminalização do plantio e do porte de drogas para consumo pessoal”. O jornal se colocou totalmente contra essa possibilidade, dizendo que “o combate às drogas precisa evitar que mais pessoas se tornem vítimas da dependência e das constantes recaídas, não na repressão e muito menos em alternativas inaceitáveis como a liberação do consumo”. Para o jornal, a descriminalização aumentaria o consumo, o que também elevaria a oferta das drogas.

Já o segundo editorial do ano, publicado em 27 de agosto, também versa sobre a questão da descriminalização. Neste caso, refere-se a uma campanha de assinaturas de um anteprojeto para a descriminalização das drogas que foi entregue à Câmara Federal. A posição do jornal sobre isso é que “não há dúvidas de que os argumentos contrários à descriminalização parecem mais reais e consistentes. Ninguém pode ignorar o poder destrutivo das drogas na sociedade brasileira”.

No ano de 2013, mais três editoriais sobre a questão das drogas foram publicados. O primeiro foi no mês de maio, o segundo em agosto e o terceiro em dezembro. No primeiro, de 25 de maio, o título é “Antes de liberar a maria, ouçam as Márcias”. Ele começa apresentando dois fatos considerados antagônicos: de um lado, a recomendação da Organização dos Estados Americanos (OEA), através de um relatório encaminhado aos países filiados à entidade, de flexibilização das ações de repressão contra a maconha; de outro, a aprovação pela Câmara dos Deputados do substitutivo do deputado Givaldo Carimbão (PSB-AL) ao projeto do deputado Osmar Terra (MDB-RS), que aumenta a pena para traficantes e introduz a internação compulsória para usuários.

No editorial, o jornal reconhece que a decisão da OEA e a posição de entidades que comemoraram a recomendação “decorre da política repressiva que vem sendo adotada há mais de quatro décadas no continente”. Porém, por mais que o jornal reconheça o fracasso da política repressiva, diz que a recomendação está sendo vista como um estímulo ao consumo, “principalmente por grupos de usuários e simpatizantes que promovem marchas pedindo a descriminalização”. Aqui é possível vermos uma referência direta aos participantes das marchas da maconha, sendo citada a frase “Liberem a Maria”, encontrada nas manifestações de Buenos Aires, Santiago e Rio de Janeiro. Para finalizar o editorial, o jornal opta por dar espaço a uma leitora com o pseudônimo de Márcia, que escreveu uma carta ao jornal em apoio a um artigo publicado pelo deputado Osmar Terra alguns dias antes. A carta é um relato pessoal da autora sobre o impacto das drogas na sua família. Ela começa dizendo que acertou ao votar em Osmar Terra e que acredita que “a repressão ao tráfico de drogas, bem como ao seu consumo, é medida urgente que deve ser aplicada de forma rigorosa e com apoio unificado da sociedade e do Estado”. Além disso, diz que “qualquer membro dos três poderes que seja a favor da ‘liberação da maconha’ merece ser investigado”, justificando que quem apoia deve ser em interesse próprio, pois “talvez pense assim quem ganha dinheiro com isso”. Ela também usa os termos

“epidemia” e “caos” para retratar a situação das drogas no Brasil, buscando causar um pânico moral ao se referir às drogas (MISKOLCI, 2007).

O segundo editorial de 2013 foi publicado em 04 de agosto. É denominado “editorial interativo”, por ter na sua composição a posição de leitores sobre o avanço da regulamentação e legalização da maconha do Uruguai. Seu título é “A maconha legalizada” e, em seu primeiro parágrafo, busca dar uma descrição geral sobre as propostas do Uruguai, destacando que havia sido aprovada na Câmara dos Deputados e, provavelmente, seria no Senado, já que o governo do Presidente José Mujica tinha maioria nas duas casas legislativas. É destacado que o projeto seria aprovado, ainda que pesquisas de opinião tenham demonstrado que a população uruguaia não era favorável ao projeto. Alega, também, que a ação do governo uruguaio dá força a um movimento internacional que defende a legalização como meio de combate ao narcotráfico. Após, o editorial apresenta os argumentos que justificam sua posição contrária ao projeto aprovado no Uruguai. É dito que o risco é demasiado, especialmente para países como o Brasil, que não consegue controlar nem a venda de bebidas alcoólicas a adolescentes. Afirma-se que a maconha é reconhecida pelos “especialistas como porta de entrada para o consumo de drogas mais pesadas” e, também, que ampliar o “leque de produtos nocivos liberados” já se mostrou um equívoco por “experiências malsucedidas de países como Portugal”.

O terceiro editorial de 2013 foi publicado em 12 de dezembro e, assim como o anterior, trata da regulamentação da maconha no Uruguai. O título é “Experiência Desafiadora” e começa falando que o Uruguai é o primeiro país do mundo a legalizar a comercialização da maconha. Comparativamente com o anterior, este é de um tom mais ameno e apresenta a justificativa do governo para a proposta de alteração da política de drogas, que é “enfraquecer o narcotráfico”, e expõe as condições para o consumo de maconha no país (ser residente, ter mais de 18 anos e comprar até 40 gramas por mês). Posteriormente, é dito que alguns países que adotaram medidas similares estão voltando atrás, pois a descriminalização teria resultado no aumento do consumo. Na parte final é dito que a iniciativa uruguaia merece atenção, mas que “não pode servir para mascarar verdades comprovadas pela ciência”, como a que a “maconha é uma substância nociva à saúde e causadora de degradação física e moral”, além de abrir “caminho para drogas mais pesadas”.

No ano de 2014 não teve editorial sobre a questão das drogas. No entanto, em 2015 foram escritos dois. É nesse período que se observam mudanças significativas

na linha editorial do jornal. O primeiro foi publicado em 08 de março e seu título é “Contra as drogas, pela legalização da maconha”. Desde seu título já é evidenciada a seletividade da maconha como substância única a qual o jornal está flexibilizando seu posicionamento anteriormente proibicionista. Esse argumento é reforçado ao ser dito que “o grupo passa a propugnar que a maconha – e tão somente esta droga – deixe seu circuito clandestino e seja legalizada, com produção e venda regulamentadas”. Tal ação permitiria que uma parte do “dinheiro das drogas fosse transferida de mãos, reduzindo o poder de fogo do narcotráfico”. Em resumo, o editorial “apoia a legalização da produção e do comércio da maconha como alternativa para o combate ao tráfico e para a redução do morticínio de jovens”.

Já o segundo editorial é de 14 de agosto e tem como título “Nova visão sobre drogas”. Ele afirma que: “é preciso se admitir que o enfrentamento da questão merece novas abordagens, entre as quais a da diferenciação entre consumo e tráfico” e coloca-se favorável à votação da descriminalização do porte da maconha para uso pessoal no STF. O editorial destaca que o Supremo pode “acabar com a polêmica sobre quem deve decidir se alguém possui drogas para consumo ou para comércio”, já que essa atribuição “não deve ser exclusivamente da polícia, mas compartilhada com outros agentes públicos”. Aqui, o jornal passa a reduzir o discurso de que a regulamentação e descriminalização levaria ao aumento do consumo de drogas, como evidenciado em editoriais anteriores, salientando que “a possível decisão por um novo tratamento jurídico não significa omissão ou estímulo ao consumo”, mas sim que “estará sendo rompido um bloqueio que até agora impedia o entendimento de que o usuário deve ser visto no contexto de uma questão de saúde e não mais pelo aspecto criminal”.

A reconstrução da trajetória de enquadramentos da política de drogas pelo jornal Zero Hora, através da análise de seus editoriais, mostra uma mudança parcial, mas significativa: de uma posição totalmente alinhada com o proibicionismo para uma posição que pode ser caracterizada como um “antiproibicionismo seletivo”, expresso no apoio público à descriminalização da maconha. Essa mudança de posição de um importante veículo de comunicação do país, que acompanha mudanças observadas em outros veículos de comunicação nacionais, expressa dois processos interdependentes: de um lado, uma importante reconfiguração do debate público sobre a política de drogas na arena jornalística; de outro lado, um significativo

reposicionamento de um dos principais agentes (grupos jornalísticos) que participam e administram esse debate.

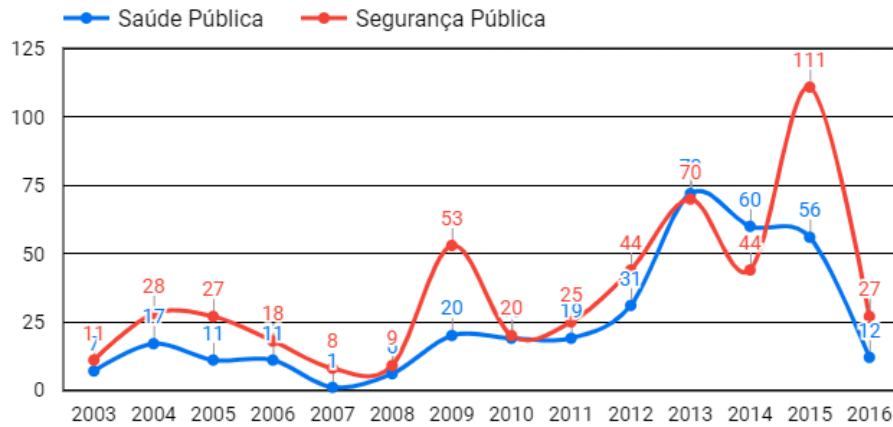
4.4 O USO DOS ENQUADRAMENTOS POR PARTE DO MOVIMENTO ANTIPROIBICIONISTA E DO CONTRAMOVIMENTO PROIBICIONISTA

A presente subseção busca apresentar como se estruturou os usos dos enquadramentos de segurança e saúde e de problemas e soluções, no movimento antiproibicionista e no contramovimento proibicionista. Argumenta-se que o movimento antiproibicionista e o contramovimento proibicionista interagem de forma conflituosa no debate público apresentando problemas e soluções em reação aos argumentos apresentados pelo adversário. Esta subseção e a próxima buscam evidenciar e analisar essa relação.

O desenvolvimento da seção será a partir de três pontos. Primeiramente, será apresentada e descrita a abrangência da saúde pública e da segurança pública e qual teve mais presença no material do jornal; como segunda frente, apresentaremos a forma que movimento e contramovimento oscilaram no uso dos enquadramentos de problema e solução ao longo dos quatorze anos estudados. Para fazermos isso, verificamos no NVivo a quantidade de referências de codificação agregadas nos códigos de segurança e saúde públicas em cada um dos anos estudados. Em outras palavras, a quantidade de argumentos que foram categorizados dentro do respectivo código.

O primeiro achado da subseção é em qual enquadramento (saúde ou segurança) a discussão sobre a temática das drogas tem um maior enraizamento. Isso pode ser visto na Figura 10, no qual é possível verificarmos que, no geral, a discussão sobre a questão das drogas acabou tendo um enraizamento maior no tema da segurança pública. O enquadramento da saúde, assim como o debate, foi se intensificando ao longo dos anos, tornando-se maioria nos anos de 2013 e 2014, posterior a isso, a segurança voltou a ser maioria.

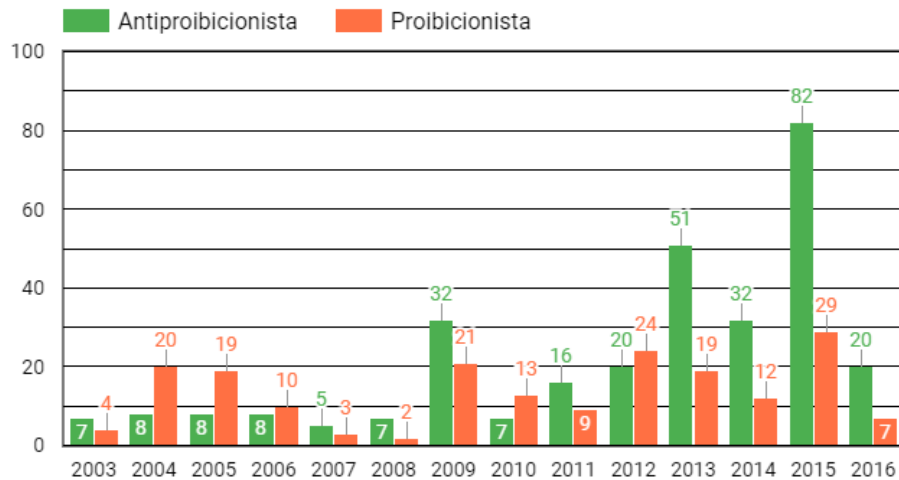
Figura 10: Enquadramento de saúde pública ou segurança pública ao longo dos anos estudados



Fonte: Dados da pesquisa

Partindo dos documentos categorizados como enquadramento no tema da segurança pública, a Figura 11 mostra como se desenvolveram os posicionamentos do movimento antiproibicionista e do contramovimento proibicionista nesse tema ao longo dos anos estudados. Nas barras verdes está a quantidade de argumentos antiproibicionistas relacionados à segurança pública em cada um dos anos estudados. Enquanto nas vermelhas é mostrado a quantidade de argumentos proibicionistas. É possível vermos que aumentou a presença de posicionamentos antiproibicionistas no tema da Segurança Pública ao longo dos anos, intensificando-se em 2009 e após 2013. O ano de 2015 é aquele em que a mobilização de argumentos relacionados à segurança pública pelos agentes antiproibicionistas foi mais intensa, com 82 itens codificados.

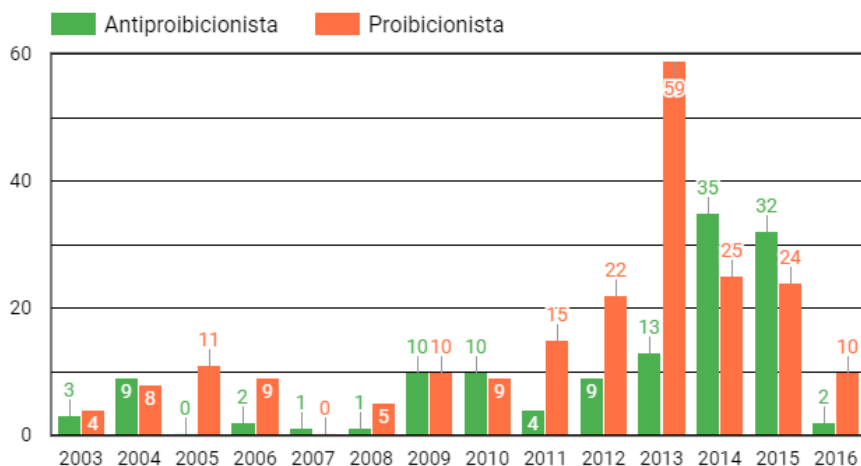
Figura 11: Antiproibicionista e proibicionista no enquadramento da Segurança Pública



Fonte: Dados da pesquisa

Já no enquadramento da Saúde Pública, apresentado na Figura 12, ambos se intensificaram, mas não da mesma forma. O contramovimento proibicionista apresentou um predomínio na mobilização de argumentos relacionados à saúde pública até o ano de 2013, chamando atenção para a forma que se intensificou a partir de 2010, alcançando ápice em 2013 com quase 60 referências de codificações. Os agentes antiproibicionistas, por sua vez, acabam predominando na mobilização de argumentos relacionados à saúde pública somente nos anos de 2014 e 2015, com 35 e 32 referências, respectivamente. Nestes mesmos anos, os proibicionistas tiveram 25 e 24 referências. No ano de 2016, os proibicionistas voltam a ser maioria.

Figura 12: Antiproibicionista e proibicionista no enquadramento da Saúde Pública



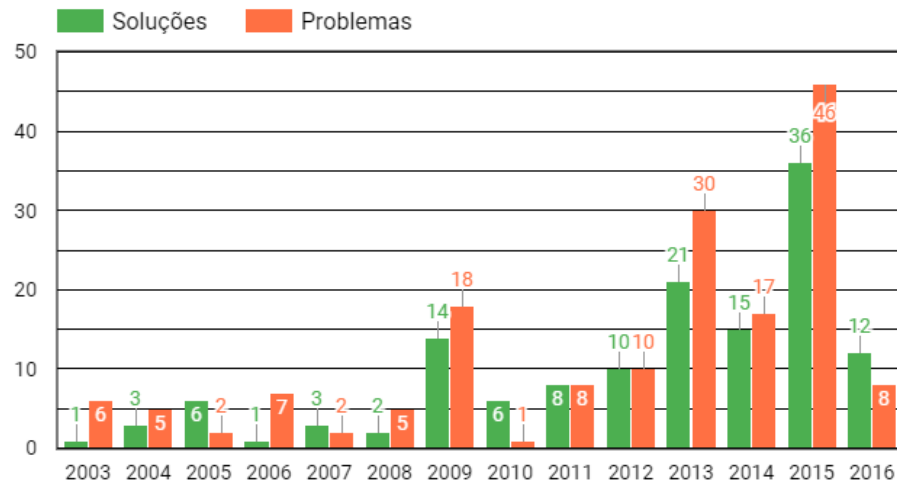
Fonte: Dados da pesquisa

Um aspecto importante que podemos observar na Figura 12 é que o movimento proibicionista passou a mobilizar mais argumentos relacionados à Saúde Pública após 2010. Tal mudança, como será abordado posteriormente, pode ser interpretada como uma tentativa dos agentes proibicionistas defenderem a sua hegemonia sobre a política de drogas, em reação ao fortalecimento de argumentos sobre o uso medicinal da maconha pelo movimento antiproibicionista.

Agora vamos explorar a forma como os agentes antiproibicionistas e proibicionistas fizeram uso dos enquadramentos de diagnóstico e prognóstico (problema e solução) quando relacionaram o problema das drogas à saúde pública ou à segurança pública. Neste sentido, apresentaremos gráficos do movimento e do contramovimento, a começar pela Segurança. Assim como os gráficos anteriores, estamos trabalhando com a quantidade de referências de codificação agregada.

Começando pelo movimento antiproibicionista, a Figura 13 mostra como se distribui o enquadramento de diagnóstico e prognóstico referente às manifestações que mobilizam o argumento da Segurança Pública. Os dados mostram, primeiramente, que agentes antiproibicionistas tendem a apresentar um relativo equilíbrio entre diagnóstico e prognóstico: ao mesmo tempo que problematizam a forma como as drogas são tratadas pela política de segurança vigente, propõem soluções em termos de novas formas de abordar a questão das drogas a partir da segurança pública. Destaca-se aqui que a própria política de drogas, hegemonizada por um referencial proibicionista, se coloca tanto como um problema (em função de sua lógica proibicionista) quanto uma solução (desde que rompida a lógica proibicionista). Assim, pode-se perceber que os antiproibicionistas, enquanto desafiantes no campo da política de drogas, precisam combinar um duplo movimento nos seus enquadramentos: construir o proibicionismo na política de segurança relacionada às drogas como problema e apresentar propostas antiproibicionistas à política de segurança pública como possíveis soluções a esse problema.

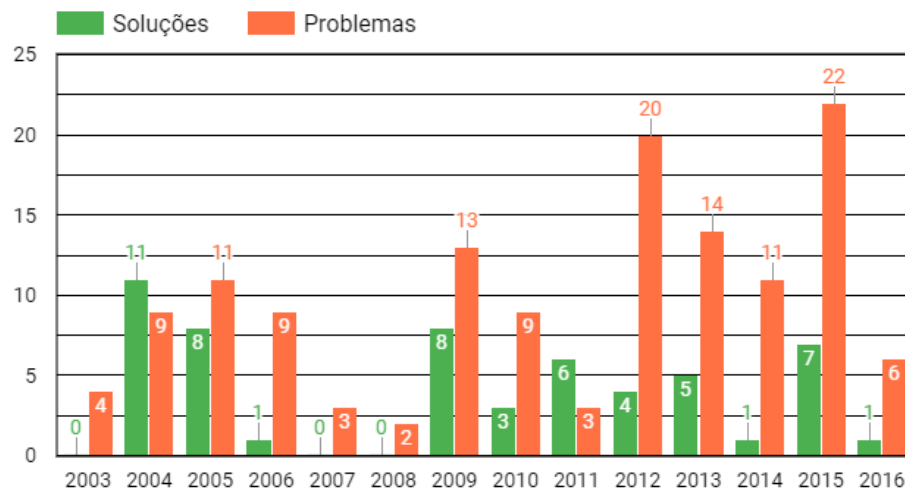
Figura 13: Distribuição do enquadramento de segurança pública como problema e solução, pelo movimento antiproibicionista



Fonte: Dados da pesquisa

A Figura 14, por sua vez, mostra como o enquadramento de segurança, por parte do contramovimento proibicionista, se distribui entre problemas e soluções. Diferentemente do observado na Figura 13, acima, percebe-se que o proibicionismo enfatiza mais os problemas do que as soluções. Na medida em que sua posição hegemônica na atual política de segurança relacionada às drogas, o discurso proibicionista tende a se concentrar nos problemas de segurança pública relacionados às drogas, que justificariam a manutenção e, mesmo, o aprofundamento do proibicionismo como única solução a tais problemas. Além disso, uma parte do enquadramento de problema no que se refere à segurança pública também é em reação às soluções antiproibicionistas em termos de política de segurança. Assim, sendo o proibicionismo a “solução” hegemônica na política de segurança relacionada às drogas, o movimento proibicionista direciona menos tempo para apresentação de soluções (que seria a manutenção do que já se faz), concentrando-se em reforçar o senso comum negativo sobre as drogas e criticar as posições alternativas antiproibicionistas.

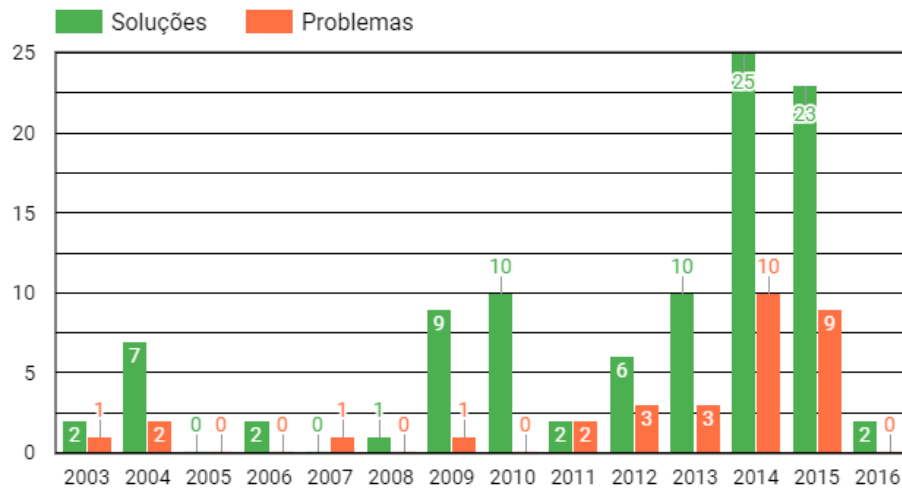
Figura 14: Distribuição do enquadramento de segurança pública como problema e solução, pelo contramovimento proibicionista



Fonte: Dados da pesquisa

Passando aos enquadramentos de saúde, a Figura 15 apresenta a distribuição dos argumentos do movimento antiproibicionista entre problemas e soluções. Observa-se uma alteração significativa em relação à dinâmica demonstrada anteriormente, pois no enquadramento de saúde os agentes antiproibicionistas enfatizam centralmente as soluções. Tal resultado expressa a intenção do antiproibicionismo de deslocar o “problema das drogas” (e, conseqüentemente, a política de drogas) da segurança, hegemônico pelo proibicionismo, para a saúde. Assim, esforçam-se por apresentar argumentos sobre como ações de saúde, tal como a redução de danos, podem produzir respostas eficazes a problemas relacionados ao consumo de drogas que só seriam agravados pelo proibicionismo vigente. Além disso, especialmente a partir de 2010, quando surge no jornal a discussão sobre o uso medicinal da maconha, as próprias drogas passam a ser enquadradas como parte da solução de questões de saúde.

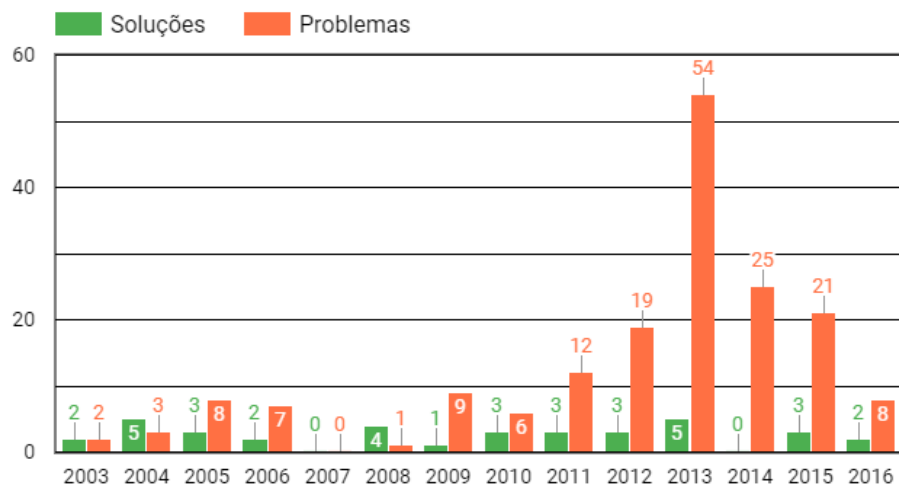
Figura 15: Distribuição do enquadramento de saúde pública como problema e solução, pelo movimento antiproibicionista



Fonte: Dados da pesquisa

Já no contramovimento proibicionista observa-se exatamente o oposto no que se refere à forma como o enquadramento de saúde é relacionado a problemas e soluções. Como mostrado na Figura 16, a saúde foi mobilizada centralmente para expressar problemas que devem ser enfrentados com a continuidade de uma política orientada pelo referencial proibicionista. Frente ao crescente destaque das propostas de uso medicinal da maconha pelo antiproibicionismo, a partir de 2012, observa-se um forte investimento do proibicionismo em reforçar os argumentos sobre os efeitos nocivos do uso de drogas à saúde, conforme será demonstrado na próxima seção.

Figura 16: Distribuição do enquadramento de saúde pública como problema e solução, pelo contramovimento proibicionista



Fonte: Dados da pesquisa

A presente subseção buscou demonstrar, a partir do material analisado, como os antiproibicionistas e proibicionistas enquadraram a questão das drogas a partir da saúde e da segurança, usando a apresentação de problemas e soluções. Foi possível perceber que eles se relacionam entre si na forma de uso desses enquadramentos. Na próxima subseção, pretende-se explorar os principais argumentos que foram mobilizados pelo movimento antiproibicionista e pelo contramovimento proibicionista.

4.5 OS ENQUADRAMENTOS ARGUMENTATIVOS MAIS USADOS PELO MOVIMENTO ANTIPROIBICIONISTA E PELO CONTRAMOVIMENTO PROIBICIONISTA

Esta subseção do trabalho busca apresentar os enquadramentos argumentativos¹² mais usados nos anos estudados. Como não é possível apresentar todos, haja visto que tem uma variedade grande de argumentos, além de alguns terem sido mobilizados poucas vezes, pretendemos apresentar os mais recorrentes. Com o objetivo de facilitar a apresentação, optamos por fazer uma divisão por períodos. Sendo eles: 2003-2008, período de baixo interesse na temática das drogas no jornal Zero Hora; 2009-2012, período em que novos atores entraram em cena, aumentando o interesse no debate; e, 2013-2016, o período em que a discussão sobre a temática foi mais intensa. Na demonstração dos argumentos, eles podem se repetir, já que estamos fazendo a separação por ano e o mesmo argumento pode ser usado em mais de um ano. Isso ocorrerá nas próximas subseções também

Pela inviabilidade de apresentar todos os argumentos encontrados no jornal, optou-se por criar alguns requisitos para isso, além de criar categorias para englobar enquadramentos similares, mas que se diferenciam na forma de apresentar ou, até mesmo, avançavam em discussões que fazem parte de um caso geral. Como exemplo, é possível citar o enquadramento 'danos à saúde'. Argumentos desse tipo tendem a ser mais específicos, como apresentar que substâncias causam 'danos neurológicos e cognitivos' ou 'depressão e esquizofrenia', entre outros. Todos esses foram inseridos no código geral de 'danos à saúde'.

¹² Por enquadramentos argumentativos estamos entendendo o enquadramento a partir dos argumentos mobilizados por representantes do movimentos antiproibicionista e do contramovimento proibicionista. No decorrer do texto, será utilizado somente o termo argumento, para fazer a diferenciação com o utilizado anteriormente, que foi enquadramento.

Outro requisito para a delimitação dos argumentos apresentados foi que eles não poderiam ter aparecido somente uma vez no ano. Para sabermos os argumentos mais usados, fizemos a contagem da quantidade de itens que foram codificados em cada um dos códigos criados para alocar as referências dos enquadramentos argumentativos.

Na apresentação, serão mostrados os principais argumentos no movimento antiproibicionista e no contramovimento proibicionista, levando em conta os enquadramentos de segurança e saúde e problemas e soluções. Além disso, para cada um dos períodos os novos enquadramentos argumentativos mobilizados estarão negritos, para facilitar a visualização. A forma de apresentar das subseções vai seguir as anteriores: primeiramente, será apresentado e comentado os argumentos mobilizados pelo movimento antiproibicionista e, posteriormente, os do contramovimento proibicionista.

4.5.1 De 2003 até 2008: pouco interesse sobre a política de drogas no jornal

O período que vai de 2003 a 2008, é um momento de pouco interesse sobre a política de drogas no Jornal Zero Hora. Por esse motivo, poucos argumentos se destacam.

Os argumentos utilizados pelos agentes antiproibicionistas, de 2003 até 2008, podem ser verificados no Quadro 3. Ao longo dos seis anos que estamos tratando, dez enquadramentos foram usados. A distribuição de enquadramentos por ano foi: 1 em 2003; 3 em 2004; 1 em 2005; 3 em 2006; 1 em 2007; e, 1 em 2008. Dos 10 argumentos, 8 são da segurança e 2 da saúde. Também, 4 são do enquadramento de problemas e 6 de soluções.

Quadro 3: Principais argumentos mobilizados pelo movimento antiproibicionista, de 2003 até 2008

Ano	Argumento	Saúde/Segurança	Problema/Solução	Vezes
2003	Encarceramento	Segurança	Problema	2
2004	Favorece traficantes	Segurança	Problema	2
	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	2
	Tratar pela saúde pública	Saúde	Solução	4
2005	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	5
2006	Fracasso da política proibicionista	Segurança	Problema	3
	Encarceramento	Segurança	Problema	2
	Tratar pela saúde pública	Saúde	Solução	2
2007	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	2

2008	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	2
------	-------------------------------------------	-----------	---------	---

Fonte: Dados da pesquisa

Em 2003, o argumento mais usado é o problema do “encarceramento”, que já deixa indícios de consequências que se agravaram nos anos posteriores e que é muito discutido na literatura sobre política de drogas, que diz respeito à seletividade policial e ao aumento de pessoas presas por porte ou tráfico de drogas, das quais a grande maioria são pessoas jovens e negras (ABRAMOVAY, 2017; VALOIS, 2019). Em uma passagem encontrada no jornal, é possível vermos que a questão da superpopulação prisional aparece junto com outros problemas que são apresentados como consequência da política proibicionista:

A “vegetação vingadora” das quadrilhas de traficantes, dos massacres nas favelas, da superpopulação prisional, da ausência de alternativas de tratamento para os dependentes e da corrupção que atinge a polícia e se espalha por todas as instâncias do poder. (ZERO HORA, 19/10/2003).

Já em 2004, foram mobilizados três argumentos. O principal deles é o esforço de tirar a centralidade da Segurança no debate sobre as drogas, ou seja, tratar a questão das drogas pela saúde pública. No material estudado, uma das justificativas para isso é que “trata-se de tirar o delito da área criminal, o que não estigmatiza o consumidor e facilita sua atração para o tratamento” (ZERO HORA, 18/01/2004). Em outras palavras, o proibicionismo seria um fator estigmatizante, que afasta as pessoas da busca pelo tratamento. Os outros argumentos mobilizados no ano foram a solução de “descriminalizar, legalizar e regulamentar” e que o proibicionismo “favorece traficantes”. No primeiro caso, a justificativa para a descriminalização é facilitar a atração do usuário para o tratamento, além de “em longo prazo, reduzir o índice de consumo” (ZERO HORA, 18/01/2004). Já a justificativa para o segundo é que “a violência imperante e ascendente no país se deve exatamente à criminalização das drogas, que origina o tráfico e com ele todas ou quase todas as mazelas que desembocam nesta ferocidade” (ZERO HORA, 27/12/2004).

No ano de 2005, teve somente um argumento principal, o de “descriminalizar, legalizar e regulamentar”. Já em 2006, foram mobilizados três argumentos. O mais usado deles foi o do “fracasso da política proibicionista”, ou seja, que a violência do narcotráfico em decorrência do proibicionismo “produz muito mais vítimas que um hipotético controle de seu comércio e consumo” (ZERO HORA, 22/04/2006). Os outros são, novamente, o do “encarceramento” causado pelo proibicionismo e o

esforço da saúde em “tratar a questão das drogas pela saúde pública”. Por fim, nos anos de 2007 e 2008, o argumento mais usado também foi o de “descriminalizar, legalizar e regulamentar”.

Passando para o contramovimento proibicionista, as informações podem ser verificadas no Quadro 4. Ao longo dos seis anos que estamos tratando, quinze argumentos foram usados. A distribuição de argumentos por ano foi: 1 em 2003; 3 em 2004; 4 em 2005; 5 em 2006; 1 em 2007; e, 1 em 2008. Dos 15 argumentos, 10 são da segurança e 5 da saúde. Também, 11 são do enquadramento de problemas e 5 de soluções.

Quadro 4: Principais argumentos mobilizados pelo contramovimento proibicionista, de 2003 até 2008

Ano	Argumento	Saúde/Segurança	Problema/Solução	Vezes
2003	Violência, criminalidade e acidentes	Segurança	Problema	3
2004	Aumentar repressão e endurecer legislação	Segurança	Solução	7
	Aumentará o consumo	Segurança	Problema	4
	Prevenção	Saúde	Solução	4
2005	Aumentar repressão e endurecer legislação	Segurança	Solução	6
	Favorece traficantes	Segurança	Problema	5
	Violência, criminalidade e acidentes	Segurança	Problema	3
	Condições insuficientes no setor da saúde	Saúde	Problema	2
2006	O culpado é o usuário	Segurança	Problema	3
	Aumentará o consumo	Segurança	Problema	3
	Favorece traficantes	Segurança	Problema	2
	Danos à saúde	Saúde	Problema	3
	Condições insuficientes no setor da saúde	Saúde	Problema	2
2007	Violência, criminalidade e acidentes	Segurança	Problema	3
2008	Tratamento	Saúde	Solução	3

Fonte: Dados da pesquisa

No ano de 2003, o argumento mais usado foi que as drogas causam “violência, criminalidade e acidentes”. Identificamos nas reportagens do período, que foi noticiado que motos estariam sendo roubadas no Brasil para serem trocadas por maconha no Paraguai:

Como a legalização de veículos não é exigida no Paraguai, as motos passam a circular no país. Estima-se que com três motos é possível obter 50 quilos de maconha. Nos últimos quatro meses, 250 quilos da droga foram apreendidos na Região Noroeste, provenientes do Paraguai, pelo novo caminho (ZERO HORA, 14/11/2003).

No ano de 2004, a Segurança apresentou a solução de “aumentar repressão e endurecer legislação” e o problema era que as flexibilizações da legislação aumentariam o consumo das substâncias. O primeiro argumento foi o mais usado em todo o período, salientando que a solução seria um endurecimento do proibicionismo na lei das drogas. Nas reportagens é possível encontrarmos a justificativa de que a

não repressão gera uma “sensação de impunidade” e que a “repressão pode ser o cutucão que falta para o usuário se tratar” (ZERO HORA, 18/01/2004). Além disso, é descrito que há uma tendência de entender o usuário como um doente, só que esse doente seria o responsável pela entrada no tráfico. Neste sentido, “A lei tem de ser mais dura com relação ao usuário” (ZERO HORA, 18/01/2004). Nota-se que há um confronto entre a segurança e a saúde.

Outro argumento presente é a solução da prevenção através da saúde. Ela enfatiza a necessidade de um “modelo de prevenção em rede” entre empresas, escolas, universidades e postos de saúde. Juntamente com esse argumento da prevenção, há o de combate. Então, seria a “prevenção em rede” para “detectar e intervir antes que o consumidor se torne um dependente”, aliado ao combate às drogas (ZERO HORA, 26/04/2004).

No ano de 2005, tiveram quatro argumentos principais. O mais usado, assim como em 2004, foi a necessidade de “aumentar a repressão e endurecer a legislação”, presente em seis ocasiões. O segundo argumento mais usado é que a possibilidade de uma flexibilização das leis sobre as drogas “favorece os traficantes”. Em um tom alarmista, o proibicionismo argumenta que o discurso antiproibicionista de que se deve legalizar as drogas por não se conseguir eliminá-las faria com que, “daqui a pouco, deixaremos de considerar homicídio um crime” por não se conseguir evitar os homicídios (ZERO HORA, 06/09/2005). Também está presente, novamente, o argumento que diz que as drogas são responsáveis por violência, criminalidade e acidentes. O último argumento mais usado é o de que há “condições insuficientes no setor de saúde” para atender usuários de drogas em caso de liberação. Isso fica evidente na seguinte passagem presente no jornal:

Chega ser vergonhoso admitir que uma sociedade que não dispõe de clínica pública especializada em reabilitação para internação de viciados que necessitam contenção esteja discutindo possibilidade de legalização do comércio das drogas... Espero que a idéia seja debatida, mas que não ganhe força (ZERO HORA, 07/09/2005).

No ano de 2006, o contramovimento proibicionista usou cinco argumentos. Os mais usados, com três referências cada, foram: que o culpado pelo tráfico e suas consequências é o usuário e que eles são até piores que os traficantes, “pois são patrocinadores da miséria humana, da desigualdade social e do sofrimento” (ZERO HORA, 10/05/2006); também que a possibilidade de flexibilização do uso de drogas acarreta o aumento do consumo; e, que as drogas trazem danos à saúde, como

depressão, redução da capacidade cognitiva, esquizofrenia etc. (ZERO HORA, 28/04/2006). Os outros argumentos usados são os mesmos dos anos anteriores: que a legalização favorece traficantes e que há condições insuficientes no sistema de saúde para atender aos usuários.

No ano de 2007, teve somente um argumento mais usado. Foi o de que as drogas seriam responsáveis pela violência, criminalidade e acidentes. Em 2008 também teve somente um argumento, o de não legalizar, mas investir no tratamento das pessoas com algum tipo de dependência a substâncias consideradas ilícitas. Partindo da ideia de que o sujeito usuário não teria direito sobre como conviver com o vício, a compreensão era de que havia uma epidemia de crack: “Temos uma epidemia virulenta, mas não dispomos de uma rede assistencial. A rede para internação dos usuários de crack é pequena, e o sistema de atendimento ambulatorial, lento. É nisso que é necessário investir.” (ZERO HORA, 13/07/2008).

4.5.2 De 2009 até 2012: novos agentes entram em cena

O período que vai de 2009 a 2012, é um momento em que novos atores entram em cena para discutir sobre a política de drogas no jornal, por este motivo há um aumento na discussão.

Os argumentos encontrados no movimento antiproibicionista, de 2009 até 2012, podem ser verificados no Quadro 5. Ao longo dos quatro anos que estamos tratando, foram usados dezenove argumentos. A distribuição de argumentos por ano foi: 5 em 2009; 3 em 2010; 4 em 2011; e, 7 em 2012. Dos 19 argumentos, 12 são da segurança e 7 da saúde. Também, 6 são do enquadramento de problemas e 13 de soluções.

Quadro 5: Principais argumentos mobilizados pelo movimento antiproibicionista, de 2009 até 2012

Ano	Argumento	Saúde/Segurança	Problema/Solução	Vezes
2009	Encarceramento	Segurança	Problema	9
	Tratar pela saúde pública	Saúde	Solução	8
	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	6
	Diferenciar usuário de traficante	Segurança	Solução	4
	Fracasso da política proibicionista	Segurança	Problema	4
2010	Tratar pela saúde pública	Saúde	Solução	5
	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	3
	Maconha medicinal	Saúde	Solução	3
2011	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	4
	Encarceramento	Segurança	Problema	3
	Diferenciar usuário de traficante	Segurança	Solução	2
	Tratar pela saúde pública	Saúde	Solução	2

2012	Encarceramento	Segurança	Problema	5
	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	4
	Tratamento diferenciado para pobres e/ou negros	Segurança	Problema	3
	Diferenciar usuário de traficante	Segurança	Solução	3
	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Saúde	Solução	3
	Substâncias piores são liberadas	Saúde	Problema	2
	Maconha medicinal	Saúde	Solução	2

Fonte: Dados da pesquisa

O argumento mais usado no ano de 2009, foi o do “encarceramento”. Ou seja, que destaca o problema do aumento do encarceramento de pessoas que foram pegas com drogas e enquadradas como traficantes. Essa é uma questão muito discutida na literatura, que tende a destacar a inexistência na lei 11.343/2006 de critérios objetivos para a diferenciação entre usuários e traficantes, dando ao policial que fez a abordagem a prerrogativa de fazer este enquadramento, já que em muitos casos a justiça considera somente o depoimento policial (CAMPOS, 2018; VALOIS, 2019). Neste sentido, um outro argumento presente no ano foi a necessidade de diferenciar usuário de traficante, tipificando em lei a quantidade que caracterizaria porte para uso pessoal ou tráfico de maconha.

O segundo argumento mais usado no ano foi o de “tratar pela saúde pública” a questão das drogas, tirando a centralidade da segurança. Seguido pela solução que engloba descriminalizar, legalizar e regulamentar a maconha. O último argumento mais usado em 2009 foi o “fracasso da política proibicionista”. Esse argumento tenta evidenciar que as estratégias proibicionistas adotadas até o momento foram incapazes de resolver o problema das drogas, inclusive gerando novos problemas. Isso pode ser verificado em um texto escrito ao jornal pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em relação às conclusões chegadas pela Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia. Ele diz:

estamos perdendo a guerra contra as drogas e, se continuarmos com a mesma estratégia, conseguiremos apenas deslocar campos de cultivos e sedes de cartéis de umas a outras regiões, sem redução da violência e da corrupção que a indústria da droga produz. Logo, em lugar de teimar irrefletidamente na mesma estratégia, que não tem conseguido reduzir a lucratividade e conseqüentemente o poderio da indústria da droga, por que não mudar a abordagem? Por que não concentrar nossos esforços na redução do consumo e na diminuição dos danos causados pelo flagelo pessoal e social das drogas? (ZERO HORA, 06/12/2009)

Já no ano de 2010, o movimento antiproibicionista usou três argumentos principais. O mais usado deles foi o de “tratar pela saúde pública” a questão das drogas, este argumento faz parte de um esforço de reduzir a abrangência da

segurança pública sobre a questão das drogas; o segundo argumento mais usado foi o de “descriminalizar, legalizar e regulamentar”; por fim, o terceiro argumento foi o da “maconha medicinal”, que tenta evidenciar que:

o princípio ativo da maconha pode ser útil no combate à depressão e ao estresse. O mesmo tem sido dito por cientistas quanto ao tratamento do glaucoma, da rigidez muscular causado pela esclerose múltipla, ou como apoio aos pacientes com Aids, aos que sofrem do mal de Parkinson e aos que se submetem à quimioterapia em casos de câncer. (ZERO HORA, 01/08/2020)

Convém destacar que a tática de uso deste argumento é no sentido de não se colocar favorável ou contrário ao uso da maconha, mas sim de ampliação do conhecimento científico sobre o potencial da maconha e regulamentação do uso medicinal. Como a justificativa do psiquiatra Dartiu Xavier da Silveira, em artigo publicado no jornal:

Não se trata de ser contra ou a favor do uso de maconha. Trata-se, sim, de ampliar o conhecimento que temos sobre as propriedades neuroquímicas das substâncias e seus efeitos no cérebro, de forma a permitir o desenvolvimento de novos tratamentos com maior eficácia. A postura científica de pesquisa pressupõe isenção de crenças pessoais, preconceitos e ideologias, o que eventualmente nos coloca frente a constatações surpreendentes (ZERO HORA, 05/08/2020).

No ano de 2011, foram usados quatro argumentos. O primeiro deles foi o de “descriminalizar, legalizar e regulamentar” a maconha; seguido pela consequência do “encarceramento” em massa devido às políticas proibicionistas; já o terceiro argumento é uma possível solução para o problema do encarceramento, que seria “diferenciar usuário de traficante”; e, por fim, o último argumento usado foi o que fala para “tratar pela saúde pública” a questão das drogas.

Por fim, foi no ano de 2012 que teve a maior diversidade de argumentos, sendo sete no total. O argumento mais usado foi o “encarceramento” causado pelas políticas proibicionistas. Sendo seguido pelo argumento que apresenta como solução “descriminalizar, legalizar e regulamentar”. Esse foi um dos principais argumentos usados tanto na segurança quanto na saúde, por isso aparece em dois momentos na tabela. Neste ano também foi usado um argumento que se tornou um ponto importante para defender alterações e questionamentos na lei de drogas brasileira: é o que defende que na aplicação da lei por agentes do Estado é dado um “tratamento diferenciado para pobres e/ou negros”, tornando evidentes mazelas do racismo enraizado na sociedade e instituições brasileiras. Este argumento diz que a lei

“geralmente condena o pobre como traficante e considera o rico como usuário” (ZERO, HORA, 21/11/2012). Ou seja, há uma seletividade penal, através da qual as pessoas mais pobres e/ou negras são enquadradas como traficantes e as mais ricas e/ou brancas como usuárias.

Neste mesmo sentido, foi apresentada uma solução ao problema da seletividade penal, que seria a diferenciação em lei do que é considerado porte de drogas para tráfico e uso pessoal. Um outro argumento usado foi o de que drogas que causam mais danos do que a maconha, são liberadas, como o exemplo do cigarro e o álcool, sendo o último um dos principais responsáveis por acidentes no trânsito. Por fim, o último argumento mais usado no ano de 2012 foi o do uso medicinal da maconha.

Passando para o contramovimento proibicionista, os argumentos identificados podem ser verificados no Quadro 6. Ao longo dos quatro anos que estamos tratando, dezoito argumentos foram usados. A distribuição de argumentos por ano foi: 4 em 2009; 4 em 2010; 3 em 2011; e, 7 em 2012. Dos 18 argumentos, 10 são da segurança e 8 da saúde. Também, 13 são do enquadramento de problemas e 5 de soluções. A partir do ano de 2011, o argumento mais usado em cada ano foi o da saúde pública. Isso parece indicar uma resposta dos agentes proibicionistas a um fortalecimento do movimento antiproibicionista, com sua ênfase em abordar a questão das drogas a partir da saúde pública. Neste sentido, houve um deslocamento da discussão do contramovimento proibicionista para a temática da saúde.

Quadro 6: Principais argumentos mobilizados pelo contramovimento proibicionista, de 2009 até 2012

Ano	Argumento	Saúde/Segurança	Problema/Solução	Vezes
2009	Aumentar repressão e endurecer legislação	Segurança	Solução	6
	Danos à saúde	Saúde	Problema	4
	Maconha é porta de entrada	Saúde	Problema	3
	Violência, criminalidade e acidentes	Segurança	Problema	3
2010	Violência, criminalidade e acidentes	Segurança	Problema	4
	Maconha é porta de entrada	Segurança	Problema	3
	Prevenção	Segurança	Solução	2
2011	Danos à saúde	Saúde	Problema	6
	Aumentar repressão e endurecer legislação	Segurança	Solução	5
	Tratamento	Saúde	Solução	3
2012	Danos à saúde	Saúde	Problema	8
	Violência, criminalidade e acidentes	Segurança	Problema	6
	Aumentará o consumo	Segurança	Problema	5
	O culpado é o usuário	Segurança	Problema	4
	Condições insuficiente no setor da saúde	Saúde	Problema	4
	Aumentará o consumo	Saúde	Problema	4
	Favorece traficantes	Segurança	Problema	3

Fonte: Dados da pesquisa

Em 2009, o argumento mais usado foi o de “aumentar a repressão e endurecer a legislação”, tendo sido usado seis vezes. Este argumento foi evidenciado como reação ao posicionamento do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso - que passou a se colocar favorável à descriminalização e regulamentação da maconha - conforme pode ser visto na seguinte passagem: “Assim como ex-presidente Fernando Henrique Cardoso já defendeu a descriminalização da maconha, podemos pensar no caminho inverso, punir mais o traficante” (ZERO HORA, 25/09/2009). Também foi noticiado o encaminhamento para votação do PLS 717/2007¹³, de autoria do então senador Gerson Camata (MDB-ES).

O senador foi chamado para falar no jornal, onde criticou, especificamente, o esforço de limitar a prisão de usuários, incluído na lei 11.343/2006. Disse que “o fim da possibilidade de prisão do usuário gerou dúvidas sobre a descriminalização do usuário, além de ter afrouxado a legislação num momento em que ela deveria ter sido apertada” (ZERO HORA, 28/10/2009).

Seguindo nos argumentos de 2009, o segundo mais usado foi que as drogas causam “danos à saúde”. Este argumento é especialmente interessante, pois denota uma reação que será observada posteriormente: a reação do contramovimento proibicionista ao fortalecimento do argumento sobre potencialidade do uso medicinal da maconha no movimento antiproibicionista. O outro argumento mais usado é o de que a “maconha é a porta de entrada” para drogas mais pesadas, então “a descriminalização do uso da maconha deverá significar o enfrentamento de uma questão deveras complexa” (ZERO HORA, 24/04/2009). O último argumento mais usado em 2009 foi que as drogas são responsáveis pela “violência, criminalidade e acidentes”.

No ano de 2010, teve quatro argumentos mais usados. O primeiro deles foi que as drogas causam “violência, criminalidade e acidentes”; seguido pelo que coloca a maconha como “porta de entrada” para drogas mais pesadas; depois foi que a solução seria a “prevenção”, no caso, não regulamentar, mas sim criar campanhas e estratégias para prevenir o uso.

¹³ O projeto foi à votação em 2009, tendo sido rejeitado. Mais informações podem ser obtidas em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2009/01/12/camata-quer-aumentar-a-pena-para-homicidios-resultantes-de-crimes-correlatos-ao-traffic-e-uso-de-drogas-ilicitas> e <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/83662>.

Já o ano de 2011, tem como um destaque o fortalecimento do argumento que a maconha causa “danos à saúde”. Isso foi em reação ao fortalecimento do argumento sobre o “uso medicinal da maconha” no movimento antiproibicionista, como veremos posteriormente. Outro argumento presente é a solução baseada em “aumentar a repressão e endurecer a legislação” sobre drogas no Brasil. Por fim, a última solução defendida é a do “tratamento”. Para isso, foi chamado o deputado Osmar Terra (MDB-RS) para falar sobre o projeto de lei 7.663/2010¹⁴, de sua autoria, que propõe “de um lado, a internação involuntária, para antecipar a desintoxicação, tratando em vez de prender o dependente. De outro lado, classifica as drogas conforme a rapidez com que criam a dependência” (ZERO HORA, 16/06/2011). Nota-se que a proposta de tratamento no contramovimento proibicionista é baseada na internação compulsória do usuário, algo avesso às propostas antiproibicionistas da redução de danos e, também, problemático no sentido de obtenção de resultados.

Por fim, o ano de 2012 é o que mais argumentos foram usados, sendo um indicativo da intensificação da discussão que ocorreu a partir de 2013. Foram usados sete argumentos em 2012, todos abordando problemas. Isso demonstra a mudança de ação dentro do contramovimento proibicionista que passa a apresentar problemas às possíveis soluções apresentadas pelo movimento antiproibicionista. O argumento mais usado foi o dos “danos à saúde”, que é evidenciado de várias maneiras: desde que a “maconha da atualidade é muito mais forte, “turbinada geneticamente” ou misturada com crack” (ZERO HORA, 10/07/2012), passando por uma suposta droga russa que foi apresentada em um vídeo que “mostram a carne apodrecida e os ossos à mostra dos zumbis ali filmados” (ZERO HORA, 08/08/2012) e chegando à divulgação de pesquisas que trariam evidências dos males causados pelo consumo da maconha e que ela “traz tudo aquilo de ruim que o cigarro dá, com efeitos maiores ou menores de acordo com a quantidade e a idade de início.” (ZERO HORA, 08/09/2012).

Outro argumento utilizado é que o consumo acarreta “violência, criminalidade e acidentes”. Destaco uma passagem que diz que “Boa parte dos acidentes com mortos e feridos são causados por condutores sob efeito da cannabis (maconha), cocaína ou outros elementos. A liberação do uso de drogas trará, inevitavelmente, o aumento e a impunidade nos acidentes” (ZERO HORA, 26/07/2012). Note que

¹⁴ Mais informações sobre o Projeto de Lei podem ser obtidas em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=483808>.

substâncias legalizadas não são citadas diretamente, como é o caso do álcool, sendo que ela é a maior responsável por ocorrências de acidentes de trânsito, prevalecendo às drogas ilícitas (ABREU et al., 2010). Já o argumento de que a descriminalização “aumentará o consumo” foi usado tanto em referência à saúde quanto à segurança. Também foi usado o argumento que “o culpado é o usuário”, ou seja, que a culpa pelas consequências do proibicionismo é do usuário que alimenta o tráfico. Também teve o que diz que há “condições insuficientes no setor da saúde” e a “descriminalização das drogas só pioraria o cenário” (ZERO HORA, 21/11/2012); e, por fim, o último argumento utilizado no ano é que a descriminalização “favorece traficantes”.

4.5.3 De 2013 até 2016: maior intensidade na discussão sobre a política de drogas no jornal

O período que vai de 2013 a 2016, é o momento de maior intensidade na discussão sobre a política de drogas no jornal. Como mostrado anteriormente, também é o período que ocorre a mudança do posicionamento do jornal Zero Hora, que foi de uma posição “proibicionista total” para uma “antiproibicionista seletiva”. Neste período também começou a votação no STF da descriminalização do porte de maconha para uso pessoal.

Os argumentos encontrados no movimento antiproibicionista, de 2013 até 2016, podem ser verificados no Quadro 7. Ao longo dos quatro anos que estamos tratando, foram usados dezessete argumentos. A distribuição de argumentos por ano foi: 4 em 2013; 3 em 2014; 5 em 2015; e, 5 em 2016. Dos 17 argumentos, 11 são da segurança e 6 da saúde. Também, 6 são do enquadramento de problemas e 11 de soluções. Neste último agrupamento de argumentos, o movimento antiproibicionista continuou investindo na apresentação de argumentos pertencentes às soluções.

Quadro 7: Principais argumentos mobilizados pelo movimento antiproibicionista, de 2013 até 2016

Ano	Argumento	Saúde/Segurança	Problema/Solução	Vezes
2013	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	18
	Fracasso da política proibicionista	Segurança	Problema	15
	Maconha medicinal	Saúde	Solução	6
	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Saúde	Solução	3
2014	Maconha medicinal	Saúde	Solução	15
	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	9
	Fracasso da política proibicionista	Segurança	Problema	7
2015	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	24

	Encarceramento	Segurança	Problema	12
	Fracasso da política proibicionista	Segurança	Problema	11
	Tratar pela saúde pública	Saúde	Solução	10
	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Saúde	Solução	8
2016	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	6
	Diferenciar usuário de traficante	Segurança	Solução	4
	Fracasso da política proibicionista	Segurança	Problema	3
	Encarceramento	Segurança	Problema	3
	Maconha medicinal	Saúde	Solução	2

Fonte: Dados da pesquisa

No ano de 2013, identificamos quatro argumentos principais. Dois oriundos da segurança e dois da saúde, destes, três estão relacionados a soluções e um a problema. A segurança foi mais usada neste ano, sendo que a solução de “descriminalizar, legalizar e regulamentar” esteve presente dezoito vezes e o argumento que evidencia o fracasso da política proibicionista quinze vezes. Já na saúde, o argumento mais usado, com seis vezes, foi a solução que defende o “uso medicinal da maconha”, sendo seguida pela “descriminalização, legalização e regulamentação”. Esse argumento é o mesmo usado na segurança. A diferença é que foi enquadrado como saúde ao analisar o contexto que ele foi usado ao fazer a leitura do material.

No ano de 2014 é que o argumento em defesa do “uso medicinal da maconha” na saúde foi mais usado, com quinze ocorrências. Neste ano, tiveram três argumentos principais, dos quais um foi da saúde e dois da segurança. Foram usados duas soluções e um enquadramento de problemas. Referente à segurança apresentou-se a solução de “descriminalizar, legalizar e regulamentar” a maconha e o problema que diz que a chamada “guerra às drogas” fracassou. O argumento do fracasso da “guerra às drogas” pode ser evidenciado na fala do professor Rodrigo de Azevedo (PUCRS), que foi chamado para discutir um relatório da Organização dos Estados Americanos (OEA) que defende a flexibilização das ações de repressão contra as drogas. Azevedo diz que:

o fracasso da política repressiva e altamente custosa defendida desde os anos 70 pelos Estados Unidos – que já investiram cerca de US\$ 1 trilhão em ações contra as drogas. O subproduto dessa filosofia seria um mercado ilegal que soma cerca de 1% do PIB mundial, corrompe autoridades, superlota as cadeias e estimula a violência entre quadrilhas. – A própria Lei Seca americana deveria ter servido de exemplo de que esse tipo de política apenas cria um mercado ilegal (ZERO HORA, 21/05/2013).

O ano de 2015 é o que a discussão no jornal foi mais intensa. A justificativa para isso é o início da votação no STF da descriminalização do porte de drogas para uso pessoal, bem como a mudança do posicionamento do jornal, que demandou

maiores explicações sobre. Em 2015, foram usados cinco argumentos: três da segurança, sendo um do enquadramento de solução e dois do problema, e, dois do da saúde, ambos solução.

O argumento mais usado é o que apresenta a solução de “descriminalizar, legalizar e regulamentar as drogas”, que foi usado 24 vezes em 2015. Em seguida, vêm os problemas apresentados pela segurança. O primeiro deles é do aumento do “encarceramento”, que foi usado doze vezes. Esse argumento foi um dos pontos de destaque na entrevista concedida ao Zero Hora pelo ministro do STF Luís Roberto Barroso, em 18/12/2015. Barroso votou favoravelmente à descriminalização do porte de drogas para o uso pessoal. Segundo ele:

O grande problema brasileiro é que existem mais de 100 mil pessoas presas por delitos associados ao tráfico. Ou seja, é uma parcela importante da população carcerária. Geralmente, são jovens carentes e primários que são presos. Sem nenhum resultado concreto para a diminuição do tráfico. Você prende esse jovem, que geralmente é o avião (que busca e entrega a droga para o cliente), e ele imediatamente é substituído. Existe um exército de reserva para o lugar dele. Então, você prende, destrói a vida de um menino e não gera nenhum impacto sobre o volume de tráfico. Essa é uma polícia que destrói a vida desses jovens sem produzir nenhum resultado significativo (ZERO HORA, 18/12/2015).

No argumento, dá para vermos que além da superlotação de presídios, a prisão de pessoas portando pouca quantidade destrói a vida de jovens e não gera nenhum efeito prático sobre o volume do tráfico. O terceiro argumento mais usado, com onze ocorrências, foi o que diz que a “política proibicionista fracassou”, gerando mais problemas do que benefícios à sociedade. Na saúde, o principal argumento usado em 2015 foi a solução de “tratar as drogas pela saúde pública”, sendo usado dez vezes. O outro argumento usado pela saúde foi o de “descriminalizar, legalizar e regulamentar” as drogas.

No ano de 2016, outros fatores demandaram a atenção do Supremo Tribunal Federal, bem como das demais instituições da República. Um deles foi a morte do ministro Teori Zavascki, além da votação do impeachment (golpe) da presidente Dilma Rousseff e suas consequências políticas e institucionais, que acabaram dificultando o retorno das votações. Tanto é que, atualmente, no ano de 2022, a votação ainda não foi retomada. Em 2019, teve a possibilidade de ela ser retomada, no entanto foi adiada e não retornou mais à pauta de votação do STF. A redução da intensidade da temática no jornal é observada em 2016. Nesse ano, foram mobilizados cinco argumentos diferentes, porém todos tiveram poucas vezes de uso.

Dos cinco argumentos usados em 2016, quatro foram da segurança e um da saúde. A segurança apresentou dois problemas e duas soluções, enquanto a saúde uma solução. O argumento mais usado foi a solução apresentada pela segurança de “descriminalizar, legalizar e regulamentar” as drogas, sendo usado seis vezes. O segundo também é da segurança, é a solução de “diferenciar usuários de traficantes”, que foi usado quatro vezes. Já os argumentos do enquadramento de problemas usados pela segurança foram o do “fracasso da política proibicionista” e o “encarceramento em massa” gerado pela Lei 11.343/2016: ambos foram usados três vezes. Na saúde, a solução apresentada foi o das potencialidades da maconha medicinal, que foi usado duas vezes.

Agora sobre os argumentos do contramovimento proibicionista, de 2013 até 2016, eles podem ser verificados no Quadro 8. Ao longo dos quatro anos que estamos tratando, foram usados treze argumentos. A distribuição de argumentos por ano foi: 4 em 2013; 2 em 2014; 5 em 2015; e, 2 em 2016. Dos 13 argumentos, 7 são da segurança e 6 da saúde. Também, 12 são do enquadramento de problemas e 1 de soluções. Neste último agrupamento de argumentos, o contramovimento proibicionista investiu prioritariamente em problemas identificados a partir das argumentações da coalizão antiproibicionista, como veremos posteriormente. Também, intensificou-se algo que identificamos desde o ano de 2011, que foi um deslocamento da discussão da segurança para a saúde. Isso pode ser verificado a partir dos argumentos mais usados em cada um dos anos, todos relacionados à saúde.

Quadro 8: Principais argumentos mobilizados pelo contramovimento proibicionista, de 2013 até 2016

Ano	Argumento	Saúde/Segurança	Problema/Solução	Vezes
2013	Danos à saúde	Saúde	Problema	26
	Maconha é porta de entrada	Saúde	Problema	12
	Violência, criminalidade e acidentes	Segurança	Problema	6
	Aumentar repressão e endurecer legislação	Segurança	Solução	3
2014	Danos à saúde	Saúde	Problema	18
	Violência, criminalidade e acidentes	Segurança	Problema	5
2015	Aumentará o consumo	Saúde	Problema	10
	Danos à saúde	Saúde	Problema	9
	Violência, criminalidade e acidentes	Segurança	Problema	8
	Favorece traficantes	Segurança	Problema	6
	Aumentará o consumo	Segurança	Problema	4
2016	Danos à saúde	Saúde	Problema	8
	Violência, criminalidade e acidentes	Segurança	Problema	2

Fonte: Dados da pesquisa

Em 2013, foram usados quatro argumentos principais. Dois deles foram da saúde e dois da segurança. Desses, três foram do enquadramento de problema e um

de solução. O argumento mais usado (26 vezes) foi o dos “danos à saúde” que as drogas causariam, principalmente a maconha, já que é a substância mais presente no jornal. Este argumento é da saúde e do enquadramento de problemas. No material sobre o argumento dos danos à saúde é possível encontrarmos que: “aumentando o consumo de maconha, aumentará também a evasão escolar, a taxa de dependência química de outras drogas, índices de depressão e esquizofrenia” (ZERO HORA, 21/05/2013) ou que a planta está associada à perda de memória, depressão e esquizofrenia (ZERO HORA, 02/08/2013).

O segundo argumento mais usado (doze vezes) também é da saúde e do enquadramento de problemas. Ele diz que a maconha é a “porta de entrada” para drogas mais pesadas, por isso não deve haver a flexibilização da política de drogas. Além disso, esse argumento está ligado ao dos danos à saúde, assim como em reação às possibilidades medicinais da planta, como pode ser verificado em uma matéria veiculada dia 21 de maio de 2013 com o título ‘Prós e contras da liberação da maconha’: “O uso medicinal não compensa os efeitos negativos da maconha. A longo prazo, pode estar relacionada com infertilidade, psicoses e desagregação social, além de ser “porta de entrada” para outras drogas” (ZERO HORA, 21/05/2013).

Já o terceiro argumento mais usado (seis vezes) é um problema oriundo da segurança. Ele diz que as drogas são as responsáveis pela “violência, criminalidade e acidentes” no trânsito. Por fim, o quarto e último argumento (três vezes) é uma solução apresentada pela segurança que busca alteração da lei de drogas para “aumentar a repressão e endurecer a legislação” sobre as substâncias no país, e que somente a partir disso será possível “voltar a sentar de forma contemplativa nos bancos de nossas praças” (ZERO HORA, 25/05/2013).

Em 2014, o argumento mais usado foi, novamente, o enquadramento de problemas que destaca os “dados à saúde” (dezesesseis vezes) causados pelas drogas, principalmente a maconha. Este é um período de intensificação do argumento sobre o uso medicinal da maconha no movimento antiproibicionista. Neste sentido, o contramovimento proibicionista intensificou o uso do argumento sobre os danos à saúde. O segundo argumento mais usado (cinco vezes) foi da segurança e destaca que as drogas são responsáveis por “violência, criminalidade e acidentes”.

O ano de 2015 foi o que teve uma quantidade maior de argumentos, sendo cinco no total. Os dois mais usados foram da saúde e os outros três da segurança. Todos foram do enquadramento de problemas, ou seja, destacavam problemas

resultantes da flexibilização da lei de drogas. O mais usado (dez vezes) foi o que diz que essa flexibilização resultaria em “aumento do consumo” de drogas, como destacado em material de 01 de dezembro de 2015, em que o psiquiatra Ronaldo Laranjeira diz que “acesso facilitado cria as condições para viciar número maior de pessoas e abre as portas para o envolvimento de um número maior de usuários com drogas mais pesadas” (ZERO HORA, 01/12/2015). O segundo argumento mais usado (nove vezes) foi o dos danos à saúde.

O terceiro argumento mais usado (oito vezes) foi o que diz que as drogas causam “violência, criminalidade e acidentes”; enquanto o quarto (seis vezes) é o que defende que os principais beneficiados com a flexibilização na lei de drogas no Brasil seriam os traficantes. Em um artigo escrito por Percival Puggina, em 20 de agosto de 2015, é evidenciado uma forma que compreensão desse argumento: “Além de ser entendida como liberação e estimular o consumo, a descriminalização vai ampliar o exército dos pequenos traficantes, que trabalharão comercializando porções menores” (ZERO HORA, 30/08/2015). Já o último argumento mais usado em 2015 foi o mesmo usado pela saúde, o referente ao possível aumento do consumo caso houvesse flexibilização. Só que neste último caso, o uso do argumento é a partir da segurança.

Por fim, o ano de 2016 é um momento em que há uma redução do debate sobre as drogas dentro do jornal. Uma das justificativas para isso é a não continuidade das votações sobre a descriminalização do porte de maconha para uso pessoal, que foi solicitado vista em 2015 e não retornou para votação em 2016. Neste ano, somente dois argumentos se destacaram. O primeiro deles (oito vezes) é o dos dados à saúde e o segundo (duas vezes) que as drogas geram violência, criminalidade e acidentes.

Esta subseção buscou apresentar os principais argumentos utilizados pelo movimento antiproibicionista e pelo contramovimento proibicionista ao longo dos anos estudados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando responder o seguinte problema de pesquisa: “como se estruturou o debate público sobre a política de drogas no jornal Zero Hora, ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores, na Presidência da República?”, a presente pesquisa se desenvolveu a partir de uma análise centrada em enquadramentos de Segurança Pública e Saúde Pública, a partir de diagnósticos e prognósticos apresentados nos argumentos. A pesquisa avançou no sentido de verificar os agentes antiproibicionistas e proibicionistas presentes no jornal e os enquadramentos mobilizados pelo movimento antiproibicionista e o contramovimento proibicionista para defender suas posições. Um desafio metodológico que orientou a pesquisa foi, justamente, tentar operacionalizar a pesquisa empírica usando o referencial teórico de contramovimento social e a sua ênfase no caráter relacional da conflitualidade social.

Com base na análise dos documentos coletados no jornal Zero Hora, publicados entre os anos 2003 e 2016, identifica-se, primeiramente, uma crescente presença do tema no debate público. Em segundo lugar, destaca-se também uma mudança nas “vozes” (indivíduos e enquadramentos) que se expressam nesse debate. Tal mudança é evidenciada, por um lado, pela ampliação do espaço aberto à expressão de agentes antiproibicionistas ao longo do período estudado. Por outro lado, essa mudança é indicada pelo fato de o próprio veículo analisado apresentar uma alteração significativa de seu posicionamento público, passando de um proibicionismo total a um “antiproibicionismo seletivo”, a partir do seu editorial de 2015, em que o jornal se coloca favoravelmente à descriminalização e regulamentação exclusivamente da maconha.

Esse aspecto do “antiproibicionismo seletivo” indica os limites do modelo analítico dicotômico que serviu de ponto de partida para a presente pesquisa, do uso do movimento antiproibicionista e contramovimento proibicionista. Ela indica, ao invés de uma dicotomia, que as posições presentes e em disputa no debate público sobre a política de drogas tendem a se distribuir ao longo de um *continuum* no qual o proibicionismo e o antiproibicionismo constituem as posições extremas. Analisar as complexidades e, inclusive, as disputas internas ao que foi abordado de forma unificada na presente pesquisa se coloca como uma importante possibilidade de aprofundamento empírico e teórico no futuro.

Apesar da limitação do modelo analítico dicotômico, é possível defender a possibilidade de operacionalização da pesquisa empírica com os conceitos de movimento e contramovimento a partir de materiais publicados em fontes jornalísticas. Como demonstrado na discussão dos resultados, os principais argumentos utilizados foram variando a partir da relação com o adversário. Um caso explícito disso é como o fortalecimento do argumento do “uso medicinal da maconha” entre agentes antiproibicionistas coincide com o aumento do uso do argumento geral de “danos à saúde” por parte dos agentes proibicionistas.

Frente à emergência e à crescente incidência do movimento antiproibicionista desafiante no debate público, observa-se que os agentes proibicionistas precisaram investir na sustentação de suas posições, até então praticamente não questionadas. Destaca-se, nesse sentido, a ênfase de tais agentes em reforçar os diagnósticos tradicionais do “problema das drogas”, tanto em termos de segurança pública quanto em termos de saúde pública, de forma a justificar uma necessária continuidade da política orientada pelo proibicionismo. Isso foi demonstrado na forma como o contramovimento tende a centralizar a sua ação no enquadramento de problemas, enquanto o movimento antiproibicionista usa problemas e soluções de uma forma equilibrada, ou, majoritariamente, faz uso de soluções.

A análise também possibilitou identificar que as diferenças nas tarefas de enquadramento colocadas para os agentes proibicionistas e antiproibicionistas estão relacionadas às posições desiguais que eles ocupam no campo da política de drogas. De um lado, os defensores do proibicionismo, dominantes no campo, tendem a reproduzir enquadramentos tradicionais do “problema das drogas”, cuja solução passa unicamente pela manutenção (ou aprofundamento) da atual política proibicionista. Por outro lado, os defensores de propostas antiproibicionistas, por sua posição desafiante, precisam confrontar os enquadramentos tradicionais do “problema das drogas” e sua solução proibicionista e, paralelamente, oferecer novos enquadramentos do problema e de suas soluções.

Nesse sentido, o deslocamento da “droga como problema” para a “droga como solução”, que fundamenta as proposições sobre o uso medicinal da maconha, expressou uma reconfiguração significativa do debate público. Tal reconfiguração exigiu adaptações dos agentes proibicionistas, que intensificaram seus argumentos sobre as drogas como produtoras de problemas de segurança e, especialmente, saúde.

Em função de todas as mudanças identificadas e analisadas, ao final do período pesquisado observa-se um debate público caracterizado por uma diversidade de “vozes”, vindas de diversas áreas de atuação, que complexifica a interpretação do “problema das drogas” e tensiona a hegemonia proibicionista. No sentido da literatura sobre a política de drogas, as conclusões encontradas tensionam os resultados de pesquisas que colocam a mídia como agente responsável pela manutenção do proibicionismo. Essa transformação do debate público, mesmo que tenha tido uma incidência muito limitada em uma política de drogas que continua dominada pelo proibicionismo, constitui um resultado concreto da mobilização de agentes antiproibicionistas que não pode ser desconsiderado ou desvalorizado. Analisar a conformação e as transformações do ativismo antiproibicionista nas últimas décadas, nas suas diversas e conflitivas expressões, coloca-se como um desdobramento necessário da presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Pedro. A política de drogas e a marcha da insensatez. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 199–207, 2012.
- ABRAMOVAY, Pedro. Branco é usuário, negro é traficante. **Piseagrama**, Belo Horizonte, v. 11, p. 46–51, 2017. Disponível em: <https://piseagrama.org/branco-e-usuario-negro-e-traficante/>.
- ANDI / PROGRAMA NACIONAL DE DST/AIDS – MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Mídia & Drogas: o perfil do uso e do usuário na imprensa brasileira**. Brasília (DF): [s. n.], 2005.
- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; HYPOLITO, Laura Girardi. O mercado forma da cannabis: Holanda, Uruguai e Canadá. *In*: AZEVEDO, Diego Ghiringhelli de (org.). **Estudo transdisciplinas das relações de consumo**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. p. 115–132.
- BANASZAK, Lee Ann; ONDERCIN, Heather L. Explaining Movement and Countermovement Events in the Contemporary U.S. Women’s Movement. **SSRN Electronic Journal**, [s. l.], 2010.
- BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**, [s. l.], n. 26, p. 611–639, 2000.
- BÖES, Guilherme Michelotto; AMARAL, Augusto Jobim do. Criminologia midiática e a campanha “Crack, nem pensar”: refletindo sobre a falta de pensamento. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, v. 64, n. 1, p. 63, 2019.
- BOITEUX, Luciana. Brasil: reflexões e críticas sobre uma política de drogas repressiva. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, [s. l.], v. 12, n. 21, 2015.
- BOKANY, Vilma (org.). **Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça: proximidades e opiniões**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015-. ISSN 14138123.
- BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BORGES, Silier Andrade Cardoso; SANTOS, Maria Ligia Rangel. Discurso jurídico-moral e saúde nas notícias sobre o programa Crack, é Possível Vencer. **Saúde em Debate**, [s. l.], v. 42, n. 119, p. 876–885, 2018.
- BRANDÃO, Marcílio Dantas. Do lugar de maconheiro ao corredor dos movimentos sociais: a Marcha da Maconha em Recife. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 74–91, 2020.
- CAMPOS, Marcelo da Silveira. Entre doentes e bandidos: a tramitação da lei de drogas (nº 11.343/2006) no Congresso Nacional. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 156–173, 2015.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. O novo nem sempre vem: lei de drogas e encarceramento no Brasil. **Boletim de análise político-institucional**, [s. l.], v. 18, p. 31–37, 2018.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. **Pela metade: a Lei de Drogas no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2019.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. **Pela metade**: as principais implicações da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo. 2015. 313 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CAMPOS, Marcelo da Silveira; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. A ambiguidade das escolhas: política criminal no Brasil de 1989 a 2016. **Revista de Sociologia e Política**, [s. l.], v. 28, n. 73, p. 1–19, 2020.

CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste. Administrando o debate público: O Globo e a controvérsia em torno das cotas raciais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 7–31, 2013.

CAMPOS, Marcelo; POLICARPO, Frederico. Para além da descriminalização: reflexões sobre a política de drogas. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 14–27, 2020.

CARNEIRO, Henrique. **Drogas: a história do proibicionismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

DIANI, Mario. Simmel to Rokkan and Beyond. **European Journal of Social Theory**, [s. l.], v. 3, n. 4, p. 387–406, 2000.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, Coalizões e Movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 3, 2010.

FERES JÚNIOR, João. Análise de valências, debate acadêmico e contenda política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 20, p. 313–322, 2016.

FERNANDES, Liva. A problemática da droga no telejornalismo brasileiro: uma análise da série de reportagens “O avanço da maconha” do Jornal da Band. *In*: , 2015, Rio de Janeiro. **XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2015. p. 1–15.

FERNANDES, Eduardo Georjão. **Campos de batalha jornalística**: os enquadramentos construídos por Zero Hora, Diário Gaúcho e Sul21 na luta pela (i)legitimidade do ciclo de manifestações de 2013, em Porto Alegre/RS. 2016. 300 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Doutorado em Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

FERREIRA, Cristiano Nicola. A política de drogas na mídia: agentes e argumentos presentes no Jornal Zero Hora de 2003 a 2016. **Revista Contraponto**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 88–107, 2020.

FETNER, Tina. Working Anita Bryant: The impact of Christian anti-gay activism on lesbian and gay movement claims. **Social Problems**, Berkeley, v. 48, n. 3, p. 411–428, 2001.

FIORE, Maurício. Escolhas morais e evidências científicas no debate sobre Política de Drogas. **Boletim de Análise Político-institucional**, [s. l.], n. 18, p. 47–52, 2018.

FIORE, Maurício. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 92, p. 9–21, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ªed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GOULART, Sandra Lucia. **O tema das drogas e o Grupo Folha: a Folha de São Paulo e o Agora São Paulo**. São Paulo: [s. n.], 2011.

GUTMANN, Juliana Freire. Quadros narrativos pautados pela mídia: framing como segundo nível do agenda-setting?. **Contemporanea**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 25–50, 2006.

LEAL, Fabiola Xavier. **O movimento antiproibicionista: discursos de resistência**. 2017. 371 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Política Social, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

LUNARDON, Jonas Araujo. **“Ei, Polícia, Maconha é uma delícia!”: o proibicionismo das drogas como uma política de criminalização social**. 2015. 39 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MAIA, Rousiley. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s. l.], n. 2, p. 303–340, 2009.

MATTOS, Kênia Rodrigues. Política nacional sobre drogas: uma análise da crença que permeia a lógica carcerária e a população atingida. **Áskesis**, São Carlos, v. 8, n. 2, p. 33–49, 2019.

MAYER, Andressa Baggio; SANTOS, Catielle dos; CHAGAS, Arnaldo Toni. Os discursos controversos sobre a legalização da maconha. **Psicologia.pt**, [s. l.], 2016.

MEYER, David S; STAGGENBORG, Suzanne. Movements, Countermovements, and the Structure of Political Opportunity. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 101, n. 6, p. 1628–1660, 1996.

MIGUEL, Luis Felipe. Quanto vale uma valência?. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s. l.], n. 17, p. 165–178, 2015.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 101–128, 2007.

PEREIRA, Matheus Mazzilli; SILVA, Marcelo Kunrath. Para Além dos Movimentos Sociais : reflexões sobre a literatura brasileira da década de 2010. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 58, n. 1, p. 11–23, 2022.

PETUCO, Dênis Roberto da Silva. **Entre imagens e palavras**: o discurso de uma campanha de prevenção ao crack. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

PIANA, Maria Cristina. **A construção da pesquisa documental**: avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional. [S. l.: s. n.], 2009. *E-book*. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-05.pdf>.

REIS, Carolina dos *et al.* Como criar o caos social : mídia e políticas sobre drogas. **Percursos Acadêmicos**, Belo Horizonte, v. 7, n. 4, p. 351–377, 2017.

REZENDE, Patricia Jimenez. **Movimentos sociais e contramovimentos**: mobilizações antiaborto no brasil contemporâneo. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

ROCHA, João Victor Pacífico Damasceno. **A construção de discursos sobre a maconha medicinal na mídia brasileira**. 2019. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Linguística, Programa de Pós- Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

ROCHA, Lygia Maria Silva. Jornalismo e Razão Comunicativa_uma análise do método jornalístico em reportagens sobre a maconha nas revistas Veja e Superinteressante. *In:* , 2016, São Paulo. **XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: [s. n.], 2016.

ROCHA, Renata Rodrigues de Castro; MORAES, Pierre Braz de. A permanente busca por legitimidade democrática nas decisões do Poder Judiciário. **Vertentes do Direito**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 131–148, 2016.

RODRIGUES, Thiago. A infindável guerra americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 102–111, 2002.

RODRIGUES, Daniel Rohe Salomon da Rosa; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo; IUNES, Ana Luísa da Silva. Representações Sociais do Crack na Mídia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 115–123, 2015.

RONZANI, Telmo Mota *et al.* Mídia e drogas: análise documental da mídia escrita brasileira sobre o tema entre 1999 e 2003. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 14, n. 5, p. 1751–1762, 2009.

SILVA, Carolina Gonçalves da. **O Conflito Ideológico no Discurso sobre Maconha: uma abordagem de matérias impressas veiculadas na mídia brasileira**. 2013. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Letras, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.

SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando Coutinho; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 25, n. 61, p. 143–164, 2017.

SILVA, Marcelo Kunrath; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, [s. l.], v. 8, n. 20, p. 26–49, 2020.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira. **Maconha e representações sociais: a construção discursiva da cannabis em contextos midiáticos**. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Psicologia, Departamento de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALÉSSIO, Renata Lira dos Santos. Maconha e Representações Sociais e Matérias de Jornal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 34, 2018.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; APOSTOLIDIS, Thémis. Drogas no espaço público: consumo, tráfico e política na imprensa brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 40, p. 1–16, 2020.

SOUTHIER, Diane. **O campo discursivo sobre drogas e o posicionamento de Fernando Henrique Cardoso**. 2016. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Sociologia Política, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

STEIBEL, Fabro; MARINKOVA, Milena. Positivo, negativo ou neutro? um olhar de métodos mistos sobre a variável “valência” em análises de conteúdo jornalístico. **E-Compós**, Brasília, v. 16, n. 2, 2013.

TAFFARELLO, Rogério Fernando. **Drogas: falência do proibicionismo e alternativas de política criminal**. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Direito, Departamento de Direito Penal, Criminologia e Medicina Forense, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TEIXEIRA, Alex Niche. **Análise qualitativa com o programa NVivo 12: Fundamentos**. Porto Alegre: [s. n.], 2020.

TEIXEIRA, Mirna Barros *et al.* Tensões paradigmáticas nas políticas públicas sobre drogas: Análise da legislação brasileira no período de 2000 a 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1455–1466, 2017.

TEIXEIRA, Alex Niche; BECKER, Fernando. Novas possibilidades da pesquisa qualitativa via sistemas CAQDAS. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 94–113,

2001.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. **A história das drogas e sua proibição no Brasil**: da colônia à república. 2016. 371 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. Breve história da proibição das drogas no Brasil: uma revisão. **Inter-Legere**, Natal, n. 15, p. 138–162, 2014.

VALENTE, Mário José Bani. **Do pito de pango à proibição**: reflexões históricas, criminológicas e jurídicas sobre a criminalização da maconha no Brasil (1890-1940). 2018. 33 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Direito, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

VALOIS, Luís Carlos. **O Direito penal da guerra às drogas**. 3. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.